



esquema regional de ordenamento do território

BB

VOLUME VI: PROGRAMA DE ACCÃO

● ilha do sal



1.

INTRODUÇÃO.....

1

2.

ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO PROGRAMA DE ACÇÃO

1

3.

PROGRAMA DE ACÇÃO.....

4

3.1

Critérios do programa de acção

4

4.

ESTUDO ECONÓMICO.....

9

5.

ESTUDO FINANCEIRO. LINHAS DE FINANCIAMENTO EXTERIOR

22

1. INTRODUÇÃO

O presente documento define o Programa de Acção do Esquema Regional de Ordenamento do Território da Ilha do Sal (Cabo Verde). Este conforma as Directrizes Nacionais de Ordenamento do Território de Cabo Verde (DNOT), nas quais se estabelecem os conteúdos dos citados EROTs.

O documento inclui os seguintes conteúdos específicos:

- Por um lado, um **Programa de Acção**, com a descrição das actuações que integram o Programa e que são assumidas pelo EROT para a sua realização. Inclui-se a programação temporal das acções.
- Por outro, o **Estudo Económico**, no qual se incluem os custos de execução das actuações que integram o Programa de Acção.
- Finalmente, inclui-se informação relativa às formas de financiamento das acções programadas, reunidas no **Estudo Financeiro**.

O documento dá uma visão de conjunto das variáveis económicas e financeiras das acções programadas pelo EROT, devendo, por isso, ser interpretado na sua totalidade.

O EROT é um instrumento de ordenamento territorial, que assume como objectivo promover um desenvolvimento económico e social equilibrado e sustentável, ocupando-se da criação, funcionamento e manutenção da infra-estrutura territorial, económica e social, tal como a incorporação de objectivos ambientais às distintas planificações públicas. A dimensão territorial e urbana tem um papel fundamental no conceito de desenvolvimento económico, assim como as estratégias de desenvolvimento sustentável. Na procura do desenvolvimento sustentável para a Ilha do Sal, o EROT aparece como uma das ferramentas mais importantes para definir e controlar o grau de sustentabilidade, baseado na integração, com critérios sustentáveis, das políticas ambientais, económicas e sociais do município. Este surge a partir da participação e tomada de decisões consensuais entre os representantes políticos, o pessoal técnico municipal, os agentes económicos e sociais implicados e a cidadania.

É por isso que a concepção deste Programa de Acção se baseia num inventário das actuações públicas contidas nos EROT, apresentando a sua programação temporal em função das necessidades diagnosticadas e as propostas destinadas a configurar e completar o modelo territorial proposto pelo EROT. Inclui-se a valorização económica das actuações públicas ligadas ao seu desenvolvimento e às considerações sobre as possíveis vias de financiamento pelos agentes públicos.

2. ENQUADRAMENTO NORMATIVO DO PROGRAMA DE ACÇÃO

O conteúdo do presente Programa de Acção encontra-se determinado e regulado pelas seguintes disposições normativas:

a) O Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e de Planeamento Urbanístico de planeamento de Cabo Verde, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 43/2010**, estabelece no seu artigo 46º (conteúdo ambiental), número 6, o seguinte conteúdo do Programa de Execução:

- a) Disposições indicativas sobre a realização das obras públicas a efectuar na região, bem como de outros objectivos e acções de interesse regional indicando as entidades responsáveis pela respectiva concretização;
- b) Identifica as fontes e faz uma estimativa de meios financeiros.

b) As Bases de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, de acordo com o Decreto Legislativo 6/2010, de 21 de Junho, estabelecem os seguintes regulamentos, relativos à execução e coordenação das actuações dos instrumentos de ordenamento territorial:

Base XXXVII: Execução

1. A Administração Pública tem o dever de proceder à execução coordenada e programada dos instrumentos de planeamento territorial, recorrendo aos meios de política de solos que vierem a ser estabelecidos na lei.
2. Para a execução coordenada e programada dos instrumentos de planeamento territorial, os meios de política de solos a estabelecer na lei devem contemplar, nomeadamente, modos de aquisição ou disponibilização de terrenos, mecanismos de transformação fundiária e formas de parceria ou contratualização, que incentivem a concertação dos diversos interesses.
3. A coordenação e programação dos instrumentos de planeamento territorial determina para os particulares o dever de concretizar e adequar as suas pretensões às metas e prioridades neles estabelecidas.

BASE XXXVIII: Programas de Acção Territorial

1. A coordenação das actuações das entidades públicas e privadas interessadas na definição das políticas de ordenamento do território e de urbanismo e na execução dos instrumentos de planeamento territorial pode ser enquadrada por programas de acção territorial.
2. Os programas de acção territorial têm por base um diagnóstico das tendências de transformação das áreas a que se referem, definem os objectivos a atingir no período da sua vigência, especificam as acções a realizar pelas entidades neles interessadas e estabelecem o escalonamento temporal dos investimentos neles previstos.
3. A concretização dos programas de acção territorial é assegurada mediante convenção celebrada entre as entidades neles interessadas.

Por sua parte, o artigo 29º.1 do Decreto-Lei nº 43/2010, de 27 de Setembro, pelo qual se aprova o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU), estabelece que a Directiva Nacional de Ordenamento do Território deve incorporar um Programa de Acção, cujo conteúdo se especifica no artigo 29º.4 do referido Decreto-Lei. Seguindo as indicações estabelecidas pelas referidas normas, especificam-se, em seguida, as actuações que requer a concretização do Modelo Territorial da Directiva Nacional de Ordenamento do Território, os compromissos e propostas do Governo para a Execução da política de desenvolvimento territorial, os meios de financiamento e o escalonamento temporal das actuações previstas e o sistema de monitorização e avaliação.

Por último, a Directiva Nacional de Ordenamento do Território inclui o seu próprio Programa de Acção, configurado a partir de critérios que podem ser utilizados para delinear os programas de acção dos instrumentos de ordenamento territorial, com a finalidade de garantir a coerência técnica e complementaridade destes programas. Neste sentido, o artigo 29º.1 do Decreto-Lei nº43/2010, de 27 de Setembro, pelo qual se aprova o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU), estabelece que a Directiva Nacional de Ordenamento do Território deve incorporar um Programa de Acção que identifique e sistematize, particularmente, os seguintes aspectos indicados no artigo 29.4 do referido Decreto-Lei:

a) As grandes actuações sectoriais do Estado com incidência territorial no horizonte a médio e longo prazo, estabelecendo a sua relação funcional e temporal com a concretização do Modelo Territorial adoptado;

- b) Os compromissos do Governo em matéria de medidas legislativas, de investimentos públicos ou de aplicação de outros instrumentos de natureza fiscal ou financeira, para a concretização da política de desenvolvimento territorial;
- c) As propostas do Governo para a cooperação neste domínio com os municípios e as entidades privadas;
- d) As condições de realização dos Programas de Acção Territorial previstos na Base XXXVIII da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico;
- e) A identificação dos meios de financiamento, incluindo a estimativa dos custos e o escalonamento temporal da execução das acções propostas;
- f) O sistema de monitorização e avaliação e o órgão competente para o efeito.

De maneira específica, a DNOT contribui com outros critérios técnicos de interesse para a elaboração dos programas de acção, como por exemplo:

1. Prioridade e prazos das actuações:

- Prioridade. Estabelecem-se níveis de prioridade 1 e 2, entendendo-se por prioridade 2 que a actuação respectiva deve começar depois de, pelo menos, uma actividade com prioridade 1.
- Programação temporal. Entende-se por curto prazo um período de 2 anos, por médio prazo um período de 5 anos e por longo prazo um período superior a 5 anos.

2. Em linhas gerais, a formulação de critérios de ordenamento ou actuações de planeamento realizadas não deveriam implicar compromissos de realização de investimentos públicos específicos, dado que se trata de uma ordem ao planeador respectivo para que este pondere os referidos critérios ou incorpore as actuações no respectivo instrumento de ordenamento. A este respeito, considera-se que tais ordens consistem em meras especificações das obrigações atribuídas aos respectivos instrumentos de gestão territorial (EROT; PDM; PDU; etc.), conforme o estabelecido na Lei de Bases de Ordenamento do Território Nacional e Planeamento Urbanístico e o RNOTPU. No entanto, pode ocorrer que, em alguns casos, essas ordens excedam as obrigações referidas ou impliquem tarefas que habitualmente não se realizam, ou que não tenham sido tidas em consideração para quantificar os orçamentos de elaboração dos correspondentes instrumentos de gestão territorial. Nesse caso, o Governo teria que complementar os custos de elaboração dessas obrigações ou tarefas mediante os correspondentes investimentos públicos.

3. Compensação económica aos proprietários de imóveis de interesse histórico. Estas compensações, em forma de instrumentos de natureza fiscal, deveriam limitar-se aos casos em que as restrições de usos derivados da obrigação de conservação dos bens imóveis suponham uma carga económica desmesurada, excluindo-se aqueles cujas possibilidades de reabilitação para novos usos gerem um rendimento que torne viáveis e economicamente assumíveis as cargas derivadas da obrigação de conservação.

4. A DNOT recomenda avaliar se é conveniente que a introdução de medidas de poupança e eficiência energética ou a utilização de processos favorecedores da sustentabilidade ambiental seja acompanhada de medidas fiscais ou financeiras que incentivem a sua incorporação nos projectos correspondentes.

5. A DNOT recomenda a introdução de instrumentos de natureza fiscal ou financeira (subvenção ou créditos de baixo custo financeiro) que permitam a realização de operações de investimento aos nacionais que, dispondo de terrenos ou imóveis susceptíveis de receber estabelecimentos turísticos, careçam de suficiente capacidade económica para empreender a execução de projectos de reabilitação ou acondicionamento, especialmente para estabelecimentos de turismo rural ou casas, nas quais parte das suas dependências se possam destinar a este uso como complemento do rendimento.

6. A DNOT recomenda a introdução de programas de subvenções para a aquisição ou construção de casas por pessoas com baixos rendimentos.

Por último, com respeito à execução do Programa de Acção, a DNOT manifesta novamente a necessidade de cooperação entre as distintas administrações, e entre estas e os agentes privados. Neste sentido, indica-se que:

A cooperação com as Câmaras Municipais e as Entidades privadas estabelecer-se-á com base nos mecanismos correspondentes de concertação, para a execução de Programas de Actuação, a que se refere a Base XXXVIII da Lei de Bases do Ordenamento do Território Nacional e Planeamento Urbanístico, primando pela introdução de medidas de poupança e eficiência energética ou pela utilização de processos favorecedores da sustentabilidade ambiental, e incentivando a execução de acções propostas nos períodos de tempo mais curtos que as circunstâncias permitam.

3. PROGRAMA DE ACÇÃO

O EROT não determina um ordenamento territorial atemporal, mas, sim, prevê o processo de desenvolvimento de actuações definidas pela incorporação de uma projecção temporal. O Programa de Acção fundamenta-se nos objectivos finais plasmados pelo modelo de ordenamento proposto pelo EROT, sendo os seus objectivos os mesmos, fixando a estratégia global de execução desse ordenamento através do estabelecimento das prioridades para ordenar temporalmente as decisões programáveis. Portanto, o Programa de Acção conjuga-se e complementa-se com os restantes documentos do Plano, tendo em vista o escalonamento no tempo do seu desenvolvimento e gestão.

3.1 CRITÉRIOS DO PROGRAMA DE ACÇÃO

O Programa pretende ser um instrumento útil para o desenvolvimento da estratégia do EROT e, portanto, ser uma espécie de guia da tomada de decisões posteriores no tempo. Para a configuração do mesmo, estabeleceram-se os seguintes tipos de actuações e conteúdos:

- I. Actuações relacionadas com a gestão dos recursos naturais e culturais (geográficos, biológicos, paisagem, água, solo, património, etc.).
- II. Infra-estruturas e serviços públicos.
- III. Dotações e equipamentos.
- IV. Programas de requalificação urbana.
- V. Actuações de desenvolvimento económico.

Para cada uma destas actuações, o Programa incluirá as seguintes informações:

- a) Descrição básica
- b) Superfície
- c) Solo
- d) Localização
- e) Prioridade

- f) Prazo
- g) Entidade responsável
- h) Avaliação económica do custo da execução

PROGRAMA DE ACÇÃO. EXECUÇÃO, SEGUN CLASSES									
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO		
Nº	Classe	Acção	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Prioridade	Prazo	Entidade responsavel
1	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento da Actividade Extractiva	Varias	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo
2	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento e Protecção Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.949.374,00	Pública	1	2012-2016	Governo
3	Gestão dos recursos naturais e culturais	Reabilitação do Armazém da Sal	Pedra Lume	Sal	500,00	Pública	2	2017-2022	Governo
4	Infra-estruturas e serviços públicos	Circunvalação de Espargos	Espargos	Sal	5.000,00	Pública	1	2012-2016	Governo
5	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação de Espargos y Palmeira	Espargos	Sal	14.162	Pública	1	2012-2016	Governo
6	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação aeroporto e zona logística	Espargos	Sal	10.380	Pública	1	2012-2016	Governo
7	Infra-estruturas e serviços públicos	Variante de Murdeira	Murdeira	Sal	6.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo
8	Infra-estruturas e serviços públicos	Rectificações do traçado da rede viária	Varias	Sal	4.707,60	Pública	1	2012-2016	Governo
9	Infra-estruturas e serviços públicos	Bermas das estradas de primeira e segunda classe	Varias	Sal	47.076,00	Pública	1	2012-2016	Governo
10	Infra-estruturas e serviços públicos	Rede básica de pistas e carril de bicicletas	Varias	Sal	25.000,00	Pública	1	2012-2016	Governo
11	Infra-estruturas e serviços públicos	Pavimentação da rede viária núcleos urbanos e residenciais	Varias	Sal	5.000,00	Pública	1	2012-2016	Governo

PROGRAMA DE ACÇÃO. EXECUÇÃO, SEGUM CLASSES									
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO		
Nº	Classe	Acção	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Prioridade	Prazo	Entidade responsavel
12	Infra-estruturas e serviços públicos	Interface de transportes públicos Espargos	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo/ Câmara
13	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo/ Câmara
14	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Murdeira	Murdeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
15	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo/ Câmara
16	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo/ Câmara
17	Infra-estruturas e serviços públicos	Ordenamento e adequação Porto Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	1-2	2012-2022	Governo
18	Infra-estruturas e serviços públicos	Ampliação Central Térmica	Palmeira	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo
19	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação parques eólicos	Varias	Sal	1.510.000,00	Pública/ Privada	1-2	2012-2022	Governo/ Privado
20	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação parques solares	Varias	Sal	270.000,00	Pública/ Privada	1-2	2012-2022	Governo/ Privado
21	Infra-estruturas e serviços públicos	Soterramento condutas combustível porto-aeroporto		Sal	5.000,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo
22	Infra-estruturas e serviços públicos	Extensão IDAM Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo/ Câmara
23	Infra-estruturas e serviços públicos	Substituição rede condutas de águas	Varias	Sal	5.000,00	Pública	1	2012-2016	Governo/ Câmara
24	Infra-estruturas e serviços públicos	Expansão de a ETAR de uma EDAR		Sal	1.900.000	Pública	1	2012-2016	Governo/ Câmara

PROGRAMA DE ACÇÃO. EXECUÇÃO, SEGUM CLASSES									
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO		
Nº	Classe	Acção	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Prioridade	Prazo	Entidade responsavel
25	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação rede de saneamento insular e conexão núcleos	Varias	Sal	29.849,00	Pública	1	2012-2016	Governo/ Cámara
26	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação emissário submarino para a nova EDAR		Sal		Pública	1	2012-2016	Governo/ Cámara
27	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação de um complexo ambiental		Sal		Privada	1	2012-2016	Governo/ Cámara
28	Infra-estruturas e serviços públicos	Enchimento e fecho da lixeira actual		Sal		Pública	2	2017-2022	Governo/ Cámara
29	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
30	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Palmeira	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
31	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
32	Dotações e equipamentos	Equipamento docente universitário Sal	Espargos	Sal	30.000,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo
33	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Secundário de Espargos	Espargos	Sal	2.500,00	Pública	1	2012-2016	Governo
34	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Secundário de Santa María	Santa Maria	Sal	2.500,00	Pública	1	2012-2016	Governo
35	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Murdeira	Murdeira	Sal	1.250,00	Pública	2	2017-2022	Governo
36	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Palmeira	Palmeira	Sal	1.250,00	Pública	2	2017-2022	Governo
37	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.250,00	Pública	2	2017-2022	Governo

PROGRAMA DE ACÇÃO. EXECUÇÃO, SEGUM CLASSES									
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO		
Nº	Classe	Acção	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Prioridade	Prazo	Entidade responsavel
38	Dotações e equipamentos	Teatro-Auditório Insular de Sal	Espargos	Sal	5.000,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo
39	Dotações e equipamentos	Reabilitação equipamento desportivo de Espargos	Espargos	Sal	30.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
40	Dotações e equipamentos	Reabilitação equipamento desportivo de Santa María	Santa Maria	Sal	25.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
41	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Murdeira	Sal	15.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
42	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Palmeira	Sal	25.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
43	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	15.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
44	Dotações e equipamentos	Construção Centro de Serviços Regionais/ Melhoria serviços	Espargos	Sal	8.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
45	Dotações e equipamentos	Centro sociocultural multifuncional de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
46	Dotações e equipamentos	Centro sociocultural multifuncional de Palmeira	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
47	Dotações e equipamentos	Centro sociocultural multifuncional de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
48	Dotações e equipamentos	Quartel de Bombeiros	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo/ Câmara
49	Dotações e equipamentos	Reabilitação parque urbano Espargos	Espargos	Sal	23.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
50	Desenvolvimento económico	Plano Especial de Ordenamento do Cluster do Céu	Aeropuerto	Sal	636.800,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo

PROGRAMA DE ACÇÃO. EXECUÇÃO, SEGUM CLASSES									
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO		
Nº	Classe	Acção	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Prioridade	Prazo	Entidade responsável
51	Desenvolvimento económico	Ampliação polígono Industrial de Palmeira	Palmeira	Sal	110.800,00	Pública/ Privada	1	2012-2016	Governo
52	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Palmeira	Palmeira	Sal	45.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
53	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	10.000,00	Pública/ Privada	2	2017-2022	Governo
54	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo
55	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Pedra Lume	Pedra Lume	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo
56	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Santa Maria	Santa Maria	Sal		Pública	1	2012-2016	Governo
57	Desenvolvimento económico	Criação área logística ligada ao novo aeroporto (Cúster do Céu)	Espargos	Sal	30.000,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
58	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Espargos	Espargos	Sal	1.500,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
59	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara
60	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública	2	2017-2022	Governo/ Câmara

4. ESTUDO ECONÓMICO

Neste ponto, compila-se a metodologia utilizada para a avaliação das actuações reunidas no programa de actuação.

Apesar das limitações inerentes ao presente documento, no qual o instrumento de Ordenamento territorial possui um enquadramento normativo e objectivos que impedem o estabelecimento de todas as variáveis económicas necessárias, elaborou-se o presente Estudo Económico como uma aproximação ao custo agregado das propostas de investimento e de ordenamento, incluídas no modelo territorial.

Para a estimativa dos custos das distintas acções, tiveram-se em conta os seguintes critérios metodológicos:

- Para a estimativa do valor dos investimentos, é necessário conhecer a medição ou dimensão de cada actuação, em diversos termos (longitude, superfície, capacidade de produção, ...).
- Utilizaram-se custos unitários ou módulos de obra ou reabilitação. Os módulos utilizados não pretendem ser exactos para cada caso concreto, já que se trata de simplificações para nos aproximarmos a situações generalizáveis.

Em geral, o objectivo do estabelecimento destes custos unitários é aproximar-nos do custo económico total do EROT, com uma margem de erro razoável. Estas cifras adquirem a sua verdadeira dimensão como conjunto agregado, mas não se devem considerar unitariamente, e menos como proposta de taxaço ou avanço do custo preciso, que não é próprio de um Estudo Económico deste tipo de instrumento de ordenamento territorial.

Custo de Aquisição do Solo.

As quantidades reflectidas devem considerar-se como uma estimativa global, já que os custos definitivos do solo estarão submetidos a possíveis convénios, expropriações e, se assim for, às resoluções judiciais que tiverem lugar.

De forma geral, para o caso de aquisição de solos rústicos ou urbanos destinados à realização dos vários investimentos propostos, utilizaram-se os seguintes custos de aquisição:

Custos de aquisição de solo. Estimativa.

	ECV por m²
Solo rústico 1	660 ECV
Solo rústico 2	1.595 ECV
Solo urbano	3.000 ECV

Custos de execução

Para as distintas propostas de actuação, aplicaram-se custos de investimento correspondentes às actuações análogas executadas em Sal ou em outras ilhas de Cabo Verde, referentes a obras em infra-estruturas viárias, actuações ambientais, dotações em equipamentos públicos, infra-estruturas energéticas, de águas e outras, assim como os custos de investimento de diversos projectos de desenvolvimento económico.

Procedeu-se à actualização dos custos a valores correspondentes ao exercício de 2011, de acordo com os distintos casos.

Nos casos em que as propostas de actuação contam com medições correspondentes à dimensão das mesmas (superfície, longitude, capacidade, ...), o valor das actuações é estimado com base em actuações análogas destinadas a povoações com um tamanho semelhante.

Estimativa do custo de investimento

A partir dos dados e critérios expostos, estima-se um custo total de, aproximadamente, 24.217.883.604,96 ECV, para o conjunto de actuações que integram o Programa de Acção do EROT, dos quais 81000000,00 ECV correspondem a custos de solo e cerca de 24.136.883.604,96 correspondem a custos de execução.

No quadro em anexo incluem-se os custos das respectivas actuações programadas.

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
1	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento da Actividade Extractiva	Varias	Sal		Pública	0,00	19.800.000,00	19.800.000,00	Governo
2	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento e Protecção Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.949.374,00	Pública	0,00	38.500.000,00	38.500.000,00	Governo
3	Gestão dos recursos naturais e culturais	Reabilitação do Armazém da Sal	Pedra Lume	Sal	500,00	Pública	0,00	66.000.000,00	66.000.000,00	Governo
4	Infra-estruturas e serviços públicos	Circunvalação de Espargos	Espargos	Sal	5.000,00	Pública	0,00	589.852.120,00	589.852.120,00	Governo
5	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação de Espargos y Palmeira	Espargos	Sal	14.162	Pública	0,00	1.670.697.144,69	1.670.697.144,69	Governo
6	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação aeroporto e zona logistica	Espargos	Sal	10.380	Pública	0,00	1.224.533.001,12	1.224.533.001,12	Governo
7	Infra-estruturas e serviços públicos	Variante de Murdeira	Murdeira	Sal	6.000,00	Pública	0,00	707.822.544,00	707.822.544,00	Governo
8	Infra-estruturas e serviços públicos	Rectificações do traçado da rede viária	Varias	Sal	4.707,60	Pública	0,00	37.188.742,04	37.188.742,04	Governo
9	Infra-estruturas e serviços públicos	Bermas das estradas de primeira e segunda classe	Varias	Sal	47.076,00	Pública	0,00	155.350.800,00	155.350.800,00	Governo

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
10	Infra-estruturas serviços públicos	e Rede básica de pistas e carril de bicicletas	Varias	Sal	25.000,00	Pública	0,00	115.500.000,00	115.500.000,00	Governo
11	Infra-estruturas serviços públicos	e Pavimentação da rede viária núcleos urbanos e residenciais	Varias	Sal	5.000,00	Pública	0,00	74.250.000,00	74.250.000,00	Governo
12	Infra-estruturas serviços públicos	e Interface de transportes públicos Espargos	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	1.980.000,00	132.000.000,00	133.980.000,00	Governo/ Cámara
13	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação paragem preferente transporte público Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	990.000,00	66.000.000,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
14	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação paragem preferente transporte público Murdeira	Murdeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	990.000,00	66.000.000,00	66.990.000,00	Governo
15	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação paragem preferente transporte público Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	990.000,00	66.000.000,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
16	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação paragem preferente transporte público Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	990.000,00	66.000.000,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
17	Infra-estruturas serviços públicos	e Ordenamento e adequação Porto Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	0,00	3.960.000.000,00	3.960.000.000,00	Governo
18	Infra-estruturas serviços públicos	e Ampliação Central Térmica	Palmeira	Sal		Pública	0,00	20.1615.370,00	201.615.370,00	Governo
19	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação parques eólicos	Varias	Sal	1.510.000,00	Pública/ Privada	0,00	270.5468.590,00	2.705.468.590,00	Governo/ Privado
20	Infra-estruturas serviços públicos	e Instalação parques solares	Varias	Sal	270.000,00	Pública/ Privada	0,00	297.0792.990,00	2.970.792.990,00	Governo/ Privado
21	Infra-estruturas serviços públicos	e Soterramento condutas combustível porto-		Sal	5.000,00	Pública/ Privada	0,00	6.6000.000,00	66.000.000,00	Governo

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRICAO					SOLO		EXECUCAO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
		aeroporto								
22	Infra-estruturas serviços públicos	e Extensão IDAM Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	0,00	26.0164.253,11	260.164.253,11	Governo/ Câmara
23	Infra-estruturas serviços públicos	e Substituição rede condutas de águas	Várias	Sal	5.000,00	Pública	0,00	4.1250.000,00	41.250.000,00	Governo/ Câmara
24	Infra-estruturas serviços públicos	e Expansão de a ETAR de uma EDAR		Sal	1.900.000	Pública	0,00	257.125.000,00	257.125.000,00	Governo/ Câmara
25	Infra-estruturas serviços públicos	e Criação rede de saneamento insular e conexão núcleos	Várias	Sal	29.849,00	Pública	0,00	394.006.800,00	394.006.800,00	Governo/ Câmara
26	Infra-estruturas serviços públicos	e Criação emissário submarino para a nova EDAR		Sal		Pública	0,00	11.8800.000,00	11.8800.000,00	Governo/ Câmara
27	Infra-estruturas serviços públicos	e Criação de um complexo ambiental		Sal		Privada	0,00	70.7643.750,00	707.643.750,00	Governo/ Câmara
28	Infra-estruturas serviços públicos	e Enchimento e fecho da lixreira actual		Sal		Pública	0,00	1.0000.000,00	10.000.000,00	Governo/ Câmara
29	Dotações equipamentos	e Consultório médico de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	660.000,00	4.3340.000,00	44.000.000,00	Governo
30	Dotações equipamentos	e Consultório médico de Palmeira	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	660.000,00	4.3340.000,00	44.000.000,00	Governo
31	Dotações equipamentos	e Consultório médico de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	660000,00	4.3340.000,00	44.000.000,00	Governo
32	Dotações equipamentos	e Equipamento docente universitário Sal	Espargos	Sal	30.000,00	Pública/ Privada	19.800.000,0 0	117.9200.000,00	1.199.000.000,00	Governo
33	Dotações equipamentos	e Centro de Ensino Secundário de Espargos	Espargos	Sal	2.500,00	Pública	0,00	14.9875.000,00	149.875.000,00	Governo

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
34	Dotações equipamentos	e Centro de Ensino Secundário de Santa Maria	Santa Maria	Sal	2.500,00	Pública	0,00	14.9875.000,00	149.875.000,00	Governo
35	Dotações equipamentos	e Centro de Ensino Primário de Murdeira	Murdeira	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
36	Dotações equipamentos	e Centro de Ensino Primário de Palmeira	Palmeira	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
37	Dotações equipamentos	e Centro de Ensino Primário de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
38	Dotações equipamentos	e Teatro-Auditório Insular de Sal	Espargos	Sal	5.000,00	Pública/ Privada	15.000.000,00	302.500.000,00	317.500.000,00	Governo
39	Dotações equipamentos	e Reabilitação equipamento desportivo de Espargos	Espargos	Sal	30.000,00	Pública	0,00	198.000.000,00	198.000.000,00	Governo/ Cámara
40	Dotações equipamentos	e Reabilitação equipamento desportivo de Santa Maria	Santa Maria	Sal	25.000,00	Pública	0,00	198.000.000,00	198.000.000,00	Governo/ Cámara
41	Dotações equipamentos	e Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Murdeira	Sal	15.000,00	Pública	0,00	156.750.000,00	156.750.000,00	Governo/ Cámara
42	Dotações equipamentos	e Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Palmeira	Sal	25.000,00	Pública	0,00	261.250.000,00	261.250.000,00	Governo/ Cámara
43	Dotações equipamentos	e Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	15.000,00	Pública	0,00	156.750.000,00	156.750.000,00	Governo/ Cámara
44	Dotações equipamentos	e Construção Centro de Serviços Regionais/ Melhoria serviços	Espargos	Sal	8.000,00	Pública	0,00	352.000.000,00	352.000.000,00	Governo/ Cámara
45	Dotações equipamentos	e Centro sociocultural multifuncional de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Cámara

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
46	Dotações equipamentos	e Centro sociocultural multifuncional de Palmeira	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
47	Dotações equipamentos	e Centro sociocultural multifuncional de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
48	Dotações equipamentos	e Quartel de Bombeiros	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	1.980.000,00	88.000.000,00	89.980.000,00	Governo/ Câmara
49	Dotações equipamentos	e Reabilitação parque urbano Espargos	Espargos	Sal	23.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
50	Desenvolvimento económico	Plano Especial de Ordenamento do Cluster do Céu	Aeropuerto	Sal	636.800,00	Pública/ Privada	0,00	350.240.000,00	350.240.000,00	Governo
51	Desenvolvimento económico	Ampliação polígono Industrial de Palmeira	Palmeira	Sal	110.800,00	Pública/ Privada	0,00	1828.200.000,00	1.828.200.000,00	Governo
52	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Palmeira	Palmeira	Sal	45.000,00	Pública/ Privada	29.700.000,00	220.000.000,00	249.700.000,00	Governo
53	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	10.000,00	Pública/ Privada	6.600.000,00	154.000.000,00	160.600.000,00	Governo
54	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	0,00	9.900.000,00	9.900.000,00	Governo
55	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Pedra Lume	Pedra Lume	Sal		Pública	0,00	9.900.000,00	9.900.000,00	Governo
56	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Santa Maria	Santa Maria	Sal		Pública	0,00	9.900.000,00	9.900.000,00	Governo
57	Desenvolvimento económico	Criação área logística ligada ao novo aeroporto	Espargos	Sal	30.000,00		0,00	495.000.000,00	495.000.000,00	Governo/

ESTUDO ECONOMICO. ESTIMATIVA DO CUSTO DE INVESTIMENTO										
DESCRIÇÃO					SOLO		EXECUÇÃO			
Nº	Classe execução	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	Custo solo	Custo execução	Custo Total	Entidade responsavel
		(Cúster do Céu)				Pública				Câmara
58	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Espargos	Espargos	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
59	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
60	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
	TOTAL						81000000,00	24.136.883.604,96	24.217.883.604,96	

- Temporalização das actuações.

Finalmente, no âmbito do Programa de Acção, ele fornece informações sobre o calendário de acções. Corresponde ao momento de acções que compõem o programa, de acordo com prioridades e prazos estabelecidos.

O objetivo é dentro do conteúdo econômico, porque eles visam, em primeiro lugar, para promover a execução técnica e orçamental dos mesmos, a partir da disponibilidade de recursos públicos, e em segundo lugar, proporcionar o financiamento apropriado para eles.

Recomendamos a adesão à planos de implementação de políticas relacionadas a este EROT e outros públicos, ou pelo menos os seus critérios de organizadores, entre os quais:

- Priorização das ações relacionadas à gestão de recursos naturais e culturais, especialmente aqueles relacionados à correção dos impactos ambientais e gestão de áreas protegidas.
- Em relação à infra-estrutura, a priorização da infra-estrutura crítica para a energia e água, bem como aqueles relacionados à saúde pública.
- Em relação a priorização de equipamentos, estes estão ligados às necessidades específicas das diferentes áreas residenciais, bem como recursos financeiros.
- Em relação às acções de desenvolvimento econômico, priorizando acções recomendadas relacionadas com o Cluster do Céu e da pesca, indústria e turismo.

Em suma, de acordo com os critérios de prioridade e prazos descritos acima, ele fornece uma ordenação temporal das acções propostas em duas fases de execução, que realiza os seguintes valores:

- A primeira fase de implementação, cobrindo o período 2012-2016, um total de 14.416.267.770,96 ECV, que representam 59,53% do total
- A segunda fase de implementação, abrangendo o período de 2017-2022, para um total de 9.801.615.834,00 ECV , o que representa 40,47% do total.

No total, 24.217.883.604,96 ECV, anteriormente indicado como custo total do Programa de Acção de Sal

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
1	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento da Actividade Extractiva	Varias	Sal		Pública	19.800.000,00	0,00	19.800.000,00	Governo
2	Gestão dos recursos naturais e culturais	Plano Especial de Ordenamento e Protecção Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.949.374,00	Pública	38.500.000,00	0,00	38.500.000,00	Governo
3	Gestão dos recursos naturais e culturais	Reabilitação do Armazém da Sal	Pedra Lume	Sal	500,00	Pública	0,00	66.000.000,00	66.000.000,00	Governo
4	Infra-estruturas e serviços públicos	Circunvalação de Espargos	Espargos	Sal	5.000,00	Pública	589.852.120,00	0,00	589.852.120,00	Governo
5	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação de Espargos y Palmeira	Espargos	Sal	14.162	Pública	1.670.697.144,69	0,00	1.670.697.144,69	Governo
6	Infra-estruturas e serviços públicos	Nova via Circunvalação aeroporto e zona logistica	Espargos	Sal	10.380	Pública	1.224.533.001,12	0,00	1.224.533.001,12	Governo
7	Infra-estruturas e serviços públicos	Variante de Murdeira	Murdeira	Sal	6.000,00	Pública	0,00	707.822.544,00	707.822.544,00	Governo
8	Infra-estruturas e serviços públicos	Rectificações do traçado da rede viária	Varias	Sal	4.707,60	Pública	37.188.742,04	0,00	37.188.742,04	Governo

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
9	Infra-estruturas e serviços públicos	Bermas das estradas de primeira e segunda classe	Varias	Sal	47.076,00	Pública	155.350.800,00	0,00	155.350.800,00	Governo
10	Infra-estruturas e serviços públicos	Rede básica de pistas e carril de bicicletas	Varias	Sal	25.000,00	Pública	115.500.000,00	0,00	115.500.000,00	Governo
11	Infra-estruturas e serviços públicos	Pavimentação da rede viária núcleos urbanos e residenciais	Varias	Sal	5.000,00	Pública	74.250.000,00	0,00	74.250.000,00	Governo
12	Infra-estruturas e serviços públicos	Interface de transportes públicos Espargos	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	133.980.000,00	0,00	133.980.000,00	Governo/ Cámara
13	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	66.990.000,00	0,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
14	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Murdeira	Murdeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	0,00	66.990.000,00	66.990.000,00	Governo
15	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	0,00	66.990.000,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
16	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação paragem preferente transporte público Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.500,00	Pública/ Privada	0,00	66.990.000,00	66.990.000,00	Governo/ Cámara
17	Infra-estruturas e serviços públicos	Ordenamento e adequação Porto Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	1.980.000.000,00	1.980.000.000,00	3.960.000.000,00	Governo
18	Infra-estruturas e serviços públicos	Ampliação Central Térmica	Palmeira	Sal		Pública	201.615.370,00	0,00	201.615.370,00	Governo
19	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação parques eólicos	Varias	Sal	1.510.000,00	Pública/ Privada	1.352.734.295,00	1.352.734.295,00	2.705.468.590,00	Governo/ Privado
20	Infra-estruturas e serviços públicos	Instalação parques solares	Varias	Sal	270.000,00	Pública/ Privada	1.485.396.495,00	1.485.396.495,00	2.970.792.990,00	Governo/ Privado

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
21	Infra-estruturas e serviços públicos	Soterramento condutas combustível porto-aeroporto		Sal	5.000,00	Pública/ Privada	66.000.000,00	0,00	66.000.000,00	Governo
22	Infra-estruturas e serviços públicos	Extensão IDAM Palmeira	Palmeira	Sal	1.900.000	Pública	260.164.253,11	0,00	260.164.253,11	Governo/ Câmara
23	Infra-estruturas e serviços públicos	Substituição rede condutas de águas	Varias	Sal	5.000,00	Pública	41.250.000,00	0,00	41.250.000,00	Governo/ Câmara
24	Infra-estruturas e serviços públicos	Expansão de a ETAR de uma EDAR		Sal		Pública	257.125.000,00	0,00	257.125.000,00	Governo/ Câmara
25	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação rede de saneamento insular e conexão núcleos	Varias	Sal	29.849,00	Pública	394.006.800,00	0,00	394.006.800,00	Governo/ Câmara
26	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação emissário submarino para a nova EDAR		Sal		Pública	118.800.000,00	0,00	11.8800.000,00	Governo/ Câmara
27	Infra-estruturas e serviços públicos	Criação de um complexo ambiental		Sal		Privada	707.643.750,00	0,00	707.643.750,00	Governo/ Câmara
28	Infra-estruturas e serviços públicos	Enchimento e fecho da lixeira actual		Sal		Pública	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	Governo/ Câmara
29	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	0,00	44.000.000,00	44.000.000,00	Governo
30	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Palmeira	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	0,00	44.000.000,00	44.000.000,00	Governo
31	Dotações e equipamentos	Consultório médico de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública/ Privada	0,00	44.000.000,00	44.000.000,00	Governo
32	Dotações e equipamentos	Equipamento docente universitário Sal	Espargos	Sal	30.000,00	Pública/ Privada	599.500.000,00	599.500.000,00	1.199.000.000,00	Governo
33	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Secundário de Espargos	Espargos	Sal	2.500,00	Pública	149.875.000,00	0,00	149.875.000,00	Governo
34	Dotações e	Centro de Ensino Secundário	Santa Maria	Sal	2.500,00	Pública	149.875.000,00	0,00	149.875.000,00	Governo

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
	equipamentos	de Santa Maria								
35	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Murdeira	Murdeira	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
36	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Palmeira	Palmeira	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
37	Dotações e equipamentos	Centro de Ensino Primário de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.250,00	Pública	0,00	74.937.500,00	74.937.500,00	Governo
38	Dotações e equipamentos	Teatro-Auditório Insular de Sal	Espargos	Sal	5.000,00	Pública/ Privada	317.500.000,00	0,00	317.500.000,00	Governo
39	Dotações e equipamentos	Reabilitação equipamento desportivo de Espargos	Espargos	Sal	30.000,00	Pública	0,00	198.000.000,00	198.000.000,00	Governo/ Câmara
40	Dotações e equipamentos	Reabilitação equipamento desportivo de Santa Maria	Santa Maria	Sal	25.000,00	Pública	0,00	198.000.000,00	198.000.000,00	Governo/ Câmara
41	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Murdeira	Sal	15.000,00	Pública	0,00	156750000,00	156.750.000,00	Governo/ Câmara
42	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Murdeira	Palmeira	Sal	25.000,00	Pública	0,00	261250.000,00	261.250.000,00	Governo/ Câmara
43	Dotações e equipamentos	Campo de futebol. Equipamento polidesportivo de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	15.000,00	Pública	0,00	156.750.000,00	156.750.000,00	Governo/ Câmara
44	Dotações e equipamentos	Construção Centro de Serviços Regionais/ Melhoria serviços	Espargos	Sal	8.000,00	Pública	0,00	352.000.000,00	352.000.000,00	Governo/ Câmara
45	Dotações e equipamentos	Centro sociocultural multifuncional de Murdeira	Murdeira	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
46	Dotações e	Centro sociocultural	Palmeira	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
	equipamentos	multifuncional de Palmeira								Câmara
47	Dotações e equipamentos	Centro sociocultural multifuncional de Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	1.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
48	Dotações e equipamentos	Quartel de Bombeiros	Espargos	Sal	3.000,00	Pública/ Privada	0,00	89.980.000,00	89.980.000,00	Governo/ Câmara
49	Dotações e equipamentos	Reabilitação parque urbano Espargos	Espargos	Sal	23.000,00	Pública	0,00	75.900.000,00	75.900.000,00	Governo/ Câmara
50	Desenvolvimento económico	Plano Especial de Ordenamento do Cluster do Céu	Aeropuerto	Sal	636.800,00	Pública/ Privada	350.240.000,00	0,00	350.240.000,00	Governo
51	Desenvolvimento económico	Ampliação polígono Industrial de Palmeira	Palmeira	Sal	110.800,00	Pública/ Privada	1.828.200.000,00	0,00	1.828.200.000,00	Governo
52	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Palmeira	Palmeira	Sal	45.000,00	Pública/ Privada	0,00	249.700.000,00	249.700.000,00	Governo
53	Desenvolvimento económico	Melhoria e ampliação Porto desportivo Pedra Lume	Pedra Lume	Sal	10.000,00	Pública/ Privada	0,00	160.600.000,00	160.600.000,00	Governo
54	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Palmeira	Palmeira	Sal		Pública	9.900.000,00	0,00	9.900.000,00	Governo
55	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Pedra Lume	Pedra Lume	Sal		Pública	9.900.000,00	0,00	9.900.000,00	Governo
56	Desenvolvimento económico	Melhorias instalações pesqueiras artesanais Santa Maria	Santa María	Sal		Pública	9.900.000,00	0,00	9.900.000,00	Governo
57	Desenvolvimento económico	Criação área logística ligada ao novo aeroporto (Cúster do Céu)	Espargos	Sal	30.000,00	Pública	0,00	495.000.000,00	495.000.000,00	Governo/ Câmara

ESTUDO ECONOMICO. TEMPORALIZAÇÃO DAS ACTUAÇÕES										
DESCRIÇÃO					SOLO		TEMPORALIZAÇÃO			
Nº	Classe actuação	Actuação	Localização	Ilha	Superfície/ Longitude	Propriedade	1ªFASE 2012-2016	2ª FASE 2017-2022	Custo Total	Entidade responsavel
58	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Espargos	Espargos	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
59	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Santa Maria	Santa Maria	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
60	Desenvolvimento económico	Centro de empresas e empreendedores Palmeira	Palmeira	Sal	1.500,00	Pública	0,00	140.250.000,00	140.250.000,00	Governo/ Câmara
	TOTAL						14.416.267.770,9 6	9.801.615.834,00	24.217.883.604,9 6	

5. ESTUDO FINANCEIRO. LINHAS DE FINANCIAMENTO EXTERIOR

O último conteúdo do presente documento refere-se ao Estudo Financeiro, que inclui as informações relativas ao financiamento das actuações propostas.

Dada a natureza do presente documento, não se podem estabelecer vinculos directos do financiamento às respectivas propostas de actuação que integram o Programa de Acção, correspondendo esta aos restantes instrumentos de gestão territorial que desenvolvam as propostas do presente EROT. Em qualquer caso distinguem-se, em termos gerais, dois tipos de linhas de financiamento para as intervenções do modelo de ordenamento:

- Por um lado, as linhas de financiamento interno, que correspondem ao financiamento proveniente dos orçamentos das Administrações Públicas participantes e responsáveis pelo mesmo, especialmente o Governo de Cabo Verde, assim como as contribuições particulares na execução das actuações que lhes correspondam, em função das suas propriedades ou actividades.
- Por outro, as linhas de financiamento externo, integradas pelas distintas contribuições, cooperações internacionais ou empréstimos para o desenvolvimento, concedidas por diversas agências e organismos internacionais que cooperam com o Governo de Cabo Verde no desenvolvimento socioeconómico do país.

A seguir, dão-se algumas informações relativas às linhas de financiamento externo, dada a sua importância para o financiamento das iniciativas contempladas no presente Programa de Acção.

Linhas de financiamento externo

Assim, no presente ponto faculta-se informação sobre as distintas linhas de financiamento exterior disponíveis, em termos gerais, para a execução das actuações propostas no Programa de Acção, provenientes de diversos organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Neste sentido, devem ter-se em conta os seguintes aspectos:

- Em primeiro lugar, seleccionaram-se as entidades internacionais que, na actualidade ou num passado recente, estão a executar ou executaram algum projecto de cooperação na Ilha do Sal ou em outras ilhas de Cabo Verde, mantendo uma linha de actuação neste país, tendo como objectivo a cooperação ao desenvolvimento.

- Por outra parte, seleccionaram-se entidades cujos financiamentos estão dirigidos ou correspondem a tipos de actuação propostos no Programa de Acção, tais como as actuações de gestão dos recursos naturais ou culturais, as infra-estruturas e os serviços públicos, as dotações e equipamentos, as actuações de renovação urbana e as de desenvolvimento económico ou sobre sectores produtivos.

A continuação, indica-se a informação reunida sobre estas linhas de financiamento exterior, para uma orientação nos termos expostos.

FINANCIAMENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS	▲ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	▲ Desenvolvimento rural e meio ambiente	
	▲ Banco Japonês para a Cooperação Internacional	▲ Recursos naturais	1. Estudo sobre o desenvolvimento rural integral nas bacias hidrográficas da Ilha de Santiago. 2. Projecto de Pesca para a África Ocidental
	▲ Agência Austriaca para o Desenvolvimento	▲ Meio Ambiente	➤ Programa de desenvolvimento integrado para as zonas de captação de água em Santiago. ➤ Desenvolvimento organizativo das comunidades rurais.
	▲ Banco Africano de Desenvolvimento	▲ Meio Ambiente	➤ Projecto de Ordenamento de BV Picos Et Engenhos.
	▲ Banco Europeu de Investimentos	▲ Meio Ambiente	▲ Relatório de impacto meio ambiental pela implantação de parques eólicos em São Vicente, Sal e Boavista. ▲ Relatório de impacto meio ambiental da construção do aeroporto em Boavista.
	▲ Cooperação Canária	1. Protecção, conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente, respeitando a biodiversidade e a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais.	2. Estudo e conservação das tartarugas marinhas. 3. Avaliar o programa de vigilância vulcânica em Cabo Verde e a actividade do vulcão do Fogo. 4. Programa para a limpeza integral e sensibilização ambiental na Ilha de Boavista. 5. Apoio ao programa de ampliação do habitat de nidificação da tartaruga comum ou boba na Ilha de Boavista.
	▲ Banco Mundial	6. Recursos naturais (marinhos)	7. West Africa Regional Fisheries Program: Agricultura, Pesca e Silvicultura.
INFRA-ESTRUTURAS VIARIAS	▲ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	▲ Transporte básico, energia e telecomunicações, infra-estruturas e equipamentos.	
	▲ Instituto Português de Apoio ao	▲ Criação de infra-estrutura básica,	– Financiamento parcial da construção da

FINANCIAMENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
	Desenvolvimento	uso da terra e recuperação de activos.	circunvalação de Praia. – Reabilitação da estrada Praia - S. Domingo
	⤴ Banco Africano de Desenvolvimento	⤴ Infra-estruturas viárias	
	⤴ Agência de Cooperação para o Desenvolvimento de Luxemburgo	⤴ Infra-estruturas viárias	⤴ Estrada Janela - Porto Novo.
	⤴ Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA)	⤴ Infra-estruturas	
	⤴ Banco Mundial		⤴ Projecto de Apoio ao sector de estradas. ⤴ Projecto de Apoio ao sector de estradas. 1ª Financiamento Adicional. ⤴ Projecto de Apoio ao sector de estradas. 2ª Financiamento Adicional.
SERVIÇOS PÚBLICOS	⤴ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	⤴ Transporte básico, energia e telecomunicações, infra-estruturas e equipamentos. ⤴ Indústria	⤴ Financiamento parcial da construção de uma sala VIP no aeroporto de Praia. ⤴ Financiamento parcial do projecto para melhorar a transmissão e distribuição de energia na Ilha de Santiago
	⤴ Banco Japonês para a Cooperação Internacional	⤴ Infra-estrutura económica e social de reforço	⤴ Projecto de abastecimento de água nas zonas rurais da Ilha de Santiago ⤴ Projecto de geração, transmissão e distribuição de energia na Ilha de Santiago.
	⤴ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	⤴ Criação de infra-estrutura básica, uso da terra e recuperação de activos	⤴ Construção aeroportos de Boavista e São Vicente.
	⤴ Agência Austriaca para o Desenvolvimento	⤴ Energia ⤴ Subministro de água e saneamento	⤴
	⤴ Banco Africano de Desenvolvimento	⤴ Infra-estruturas viárias Energia	⤴ Melhoria do acesso ao porto de Mindelo. ⤴ Ampliação do porto de Praia. Consolidação e melhoria da central eléctrica de Santiago. Interconexão, distribuição e transporte da electricidade entre as seis ilhas.
	⤴ Africa Finance Corporation	⤴ Energia	⤴ Instalação de moinhos de vento em Santiago.
	⤴ Banco Europeu de Investimentos	⤴ Energia ⤴ Portos ⤴ Aeroportos	⤴ Desenho, construção e colocação em operatividade de parques eólicos em terra para as quatro ilhas do arquipélago. ⤴ Contribuição Económica a ELECTRA. ⤴ Modernização e ampliação dos portos de Palmeira e Praia. ⤴ Melhoria do Porto Grande de Mindelo. ⤴ Co-financiamento da construção dos aeroportos e a infra-estrutura de controlo de tráfego na Ilha do Sal.
	⤴ Agência de Cooperação para o	⤴ Água, saneamento, energias	⤴ Abastecimento de água e saneamento em FAU S

FINANCIAMENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
	desenvolvimento de Luxemburgo.	renováveis e dessalinização da água do mar.	Domingo, fase II. ▲ Abastecimento de água e saneamento em Fogo e Brava.
	▲ Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA)	▲ Desenvolvimento rural e Segurança alimentar.	▲
	▲ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)	▲ Água e Saneamento ▲ Fundo de Cooperação para Água e Saneamento ▲ Dotação de infra-estruturas	▲ Projecto/Programa Ribeira Grande: melhoria, reabilitação urbana de serviços básicos: subministro de água, luz, saneamento e rede de esgotos públicos e domésticos. ▲ Acesso à água potável e saneamento básico, Ribeira Grande.
	▲ Cooperação Canária	▲ Serviços sociais básicos	▲ Projecto Energias renováveis ▲ Electrificação da aldeia e Vale da Costa (Ilha de Santiago) mediante micro-rede solar híbrida. ▲ Apoio à instalação de planta de dessalinização na Ilha de Maio. ▲ Apoio à planificação dos sectores da energia e da água para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde (PECAVE) ▲ Ampliação e renovação das escolas de ensino básico integrado de Boavista.
	▲ Banco Mundial	▲	▲ Recovery & Reform of Electric/Water: Abastecimento de água, saneamento e protecção contra as inundações.
DOTAÇÕES E EQUIPAMENTOS	▲ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	▲ Âmbito social ▲ Transporte básico, energia e telecomunicações, infra-estruturas e equipamentos	▲ Financiamento parcial da construção de uma policlínica na Ilha do Sal
	▲ Banco Japonês para a Cooperação Internacional	▲ Infra-estrutura económica e social de reforço	▲ Projecto para a aquisição de equipamento para a escola de enfermagem em Praia
	▲ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	▲ Desenvolvimento de recursos humanos e capacitação técnica	▲ Projecto Casa do Cidadão
	▲ Agência de Cooperação para o Desenvolvimento de Luxemburgo.	▲ Educação, formação profissional e inserção socioprofissional	▲ Escola de Hotelaria
	▲ Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA)	▲ Infra-estruturas	▲
	▲ Cooperação Canária	▲ Serviços sociais básicos ▲ Dotação e melhoria das infra-estruturas económicas, estabelecimento e desenvolvimento	▲ Centro para a transferência da tecnologia de Canárias a Cabo Verde. ▲ Apoio à melhoria e reabilitação de casas na zona antiga da Vila de Maio

de projectos de economia social, assim como fortalecimento do tecido produtivo que impulsiona a

▲ Apoio à melhoria e reabilitação de casas e valorização do património cultural da Ilha de Maio

FINANCIAMIENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO		economia.	
	⤴ Banco Mundial	⤴	⤴ Transport & Infrastructure Project
	⤴ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	⤴ Desenvolvimento rural ⤴ Indústria ⤴ Serviços	
	⤴ Banco Japonês para a Cooperação Internacional	⤴ Infra-estrutura económica e social de reforço	3. Estudo sobre o desenvolvimento rural integral nas bacias hidrográficas da Ilha de Santiago. 4. Projecto de Pesca para África Ocidental
	⤴ Agência Austriaca para o Desenvolvimento	⤴ Desenvolvimento rural	➤ Digitalização da administração local rural em Santiago. ➤ Desenvolvimento organizativo das comunidades rurais.
	⤴ Banco Africano de Desenvolvimento	⤴ A agricultura, o desenvolvimento rural e a educação ⤴ Problemática de género e meio ambiente, que cubra todos os aspectos do desenvolvimento	➤ Projecto de Ordenamento de BV Picos Et Engenhos.
	⤴ Banco Europeu de Investimentos	⤴ Indústria	⤴ Apoio à indústria de Mindelo. ⤴ Construção de processamento de anchova industrial e planta de empacotamento em Mindelo. ⤴ Relatório de impacto meio ambiental pela implantação de parques eólicos em São Vicente, Sal e Boavista. ⤴ Relatório de impacto meio ambiental da construção do aeroporto em Boavista.
	⤴ Banco Árabe para o desenvolvimento económico em África (BADEA)	⤴ Desenvolvimento rural e segurança alimentar	⤴ Provisão de um experto árabe no campo do desenvolvimento rural para o Ministério de Recursos Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Marinho.
	⤴ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)	⤴ Desenvolvimento rural e luta contra a Fome.	⤴ Apoio orçamental ao MAAP ⤴ Programa Ribeira Grande de Santiago ⤴ Projecto/Programa Municipio Ribeira Grande de Santiago.
	⤴ Cooperação Canária	8. Dotação e melhoria das infra-estruturas económicas, estabelecimento e desenvolvimento de projectos de economia social, assim como fortalecimento do tecido produtivo que impulsiona a economia.	9. Projecto Pesca em Santiago: programa de desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza das comunidades pesqueiras na Ilha de Santiago.
	⤴ Banco Mundial	10. Desenvolvimento económico	11. West Africa Regional Fisheries Program: Agricultura, Pesca e silvicultura.
	⤴ Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID)	12. Âmbito social	

FINANCIAMENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
OUTRAS ACTUAÇÕES	▲ Banco Japonês para a Cooperação Internacional	▲ Infra-estrutura económica e social de reforço 1. Cultura	▲ Ajuda alimentar ▲ Acesso a serviços legais para grupos vulneráveis como as mulheres • Projecto conservação do Cimboa
	▲ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	13. Desenvolvimento de recursos humanos e capacitação técnica	– Programa de apoio à educação secundária e à criação de capacidades, em particular através do apoio à NOSI
	▲ Banco Africano de Desenvolvimento	14. A agricultura, o desenvolvimento rural a educação 15. Problemática de género e meio ambiente que cobre todos os aspectos do desenvolvimento. 16. Financiamento para a luta contra a pobreza.	■ Projecto de Apoio institucional ao sector educativo (PAISE) ■ Programa de Apoio Orçamental para redução da pobreza.
	▲ Agência de Cooperação para o desenvolvimento de Luxemburgo.	17. Educação, formação profissional e inserção socioprofissional. ▲ Apoio à saúde e à alimentação escolar. ▲ Ajuda para a reconstrução e reabilitação.	▲ Educação Técnica ▲ Formação profissional ▲ Serviços de Educação e formação no Liceo de Punta Verde. ▲ Financiamento da escola de Acção Social (ICASE) ▲ Implementação da Escola Nacional de Saúde e Escola Nacional do Programa de Alimentação. ▲ Programas de segurança e ajuda alimentar. ▲ Assistência de emergência na Ilha de São Nicolau.
	▲ Banco Árabe para o desenvolvimento económico em África (BADEA)	18. Desenvolvimento rural e segurança alimentar. 19. Recursos humanos e sector social.	
	▲ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)	▲ Educação	▲ Plano de Educação para Todos.
	▲ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)	▲ Crescimento económico para a redução da pobreza ▲ Ciência, tecnologia e Inovação. ▲ Cultura e Desenvolvimento	▲
	▲ Cooperação Canária	20. Serviços sociais básicos 21. Dotação e melhoria das infra-estruturas económicas, estabelecimento e desenvolvimento de projectos de economia social, bem como fortalecimento do tecido produtivo que impulsiona a economia.	– Capacitação de adultos no Centro Cesaltina Ramos em Praia. – Projecto colaboração Canárias - República de Cabo Verde em matéria de educação e formação. – Desenho e desenvolvimento de um sistema nacional de formação de pessoas adultas à distância, de carácter público.
		22. Promoção da cultura, com especial incidência na defesa dos aspectos que definem a identidade cultural	24. Projecto em Tarrafal. Melhoria das condições de vida dos habitantes de Fazenda. 25. Desenvolvimento local sustentável, pesca artesanal e luta contra a pobreza, Salamansa, Ilha de São Vicente.

FINANCIAMENTO EXTERIOR			
Linha Financiamento	Instituição	Programa/Linha Institucional	Projectos
		dos povos dirigidos ao desenvolvimento endógeno. 23. Capacitação e formação profissional, desenvolvimento científico e tecnológico.	26. Formação de formadores: aula ateliê para manutenção de instalações industriais, hoteleiras, hospitaleiras e de produção energética.
	▲ Fundo Monetário Internacional	27. Desenvolvimento económico e social. - Serviço de crédito ampliado (ESA). - Fundo Fiduciário para o crescimento e luta contra a pobreza (FFCLP).	
	▲ Banco Mundial		1. Créditos de Apoio à Redução da pobreza. 2. Basic Education and Training Project.

▪ **Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC-EBID) :**

O Banco de Investimento e Desenvolvimento (de aqui em diante, EBID) é uma instituição financeira internacional, criada pela Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO). O seu principal objectivo é contribuir para o desenvolvimento económico de África Ocidental através do financiamento de projectos nos países da CEDEAO, e também da NEPAD (Nova Associação para o Desenvolvimento de África).

O EBID financiou em Cabo Verde os seguintes projectos:

- Financiamento parcial da construção de uma sala VIP no aeroporto de Praia, ano 2004 (4.756.011 UC)
- Financiamento parcial da construção de uma policlínica na Ilha do Sal, ano 2004
- Formação profissional, educação, saúde, apoio à descentralização (2.459.467 UC)
- Financiamento parcial do projecto para melhorar o transporte e distribuição de energia na Ilha de Santiago, ano 2009 (6.058.121 UC)

Tem duas linhas de actuação, destinadas ao desenvolvimento do Sector Público e à promoção do sector privado, respectivamente. A assistência financeira e técnica do EBID está aberta às seguintes matérias:

1. Os Estados membros da CEDEAO ou as suas Agências.
2. Empresas públicas, empresas privadas e empresas mistas dos estados membros da CEDEAO.
3. Instituições financeiras locais.
4. Órgãos sociais dos Estados membros da CEDEAO ou de países estrangeiros que queiram investir na zona da CEDEAO, nos sectores dentro das áreas de intervenção do EBID.

Os projectos e programas a financiar correspondem às seguintes áreas de intervenção:

- Transporte básico, energia e telecomunicações, infra-estruturas e equipamentos: estradas, estruturas permanentes, vias-férreas, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, a produção de energia, sistemas de telecomunicações;
- Desenvolvimento rural e meio ambiente: rega, controlo de inundações, projectos de água em zonas rurais, agricultura, criação de gado, pesca, protecção do ecossistema;
- Âmbito social: formação profissional, educação, saúde, apoio à descentralização;

- Indústria: agro-indústria, mineração, outras indústrias, inovação tecnológica;
- Serviços: serviços financeiros, engenharia, indústria hoteleira, etc.

Para a atribuição dos valores aos diversos projectos, aplicam-se os seguintes critérios:

Quantidade mínima: 1 milhão UC

Quantidade máxima para projectos nacionais: 10 milhões UC

Quantidade máxima para projectos regionais: 15 milhões UC

▪ Banco Africano de Desenvolvimento:

O **Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)** é um banco multinacional de desenvolvimento criado em 1964. Como membros, conta com 53 países africanos, que constituem dois terços do capital social, entre os quais se encontra Cabo Verde, também como beneficiário do mesmo; conta ainda com 24 países não membros europeus, americanos e asiáticos (Argentina, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Coreia, Kuwait, Holanda, Noruega, Portugal, Arábia Saudita, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos). O Banco tem a seu cargo promover o desenvolvimento económico e o progresso social dos países africanos. A sua sede está situada em Abidjan (Costa do Marfim).

A maior parte dos recursos disponíveis do BAD servem para financiar projectos e programas através de instrumentos como os que se seguem:

2. Empréstimos-projectos: são investimentos destinados à criação de activos produtivos específicos ou destinados ao aumento da produção em diversos campos;
3. Linhas de crédito: fundos mobilizados pelas instituições nacionais ou sub-regionais de financiamento ao desenvolvimento, com o objectivo de financiar um certo número de projectos, provenientes, frequentemente, de pequenas e médias empresas;
4. Programas de investimento sectorial e empréstimos de reabilitação: destinados ao reforço ou à reabilitação da planificação, ou da produção. Servem, frequentemente, para financiar importações de equipamentos ou necessidades de um sector;
5. Empréstimos de acerto sectorial: créditos que apoiam mudanças de política ou reformas institucionais num sector específico;
6. Empréstimos de acerto estrutural: créditos destinados a promover as reformas específicas de políticas a nível macroeconómico.
7. Operações de assistência técnica: empréstimos ou doações para outorgar assistência, com o objectivo de reforçar as capacidades das instituições nacionais ou regionais que se ocupam do financiamento de estudos necessários para a preparação de projectos.

O período de devolução dos empréstimos do BAD varia, geralmente, entre os 12 e os 20 anos, com um período diferido de amortização estabelecido em 5 anos, como máximo. A duração do empréstimo e o período de carência dependerão das características específicas dos projectos e das condições de empréstimo do banco. O período de carência é susceptível de ser ampliado a mais de cinco anos, se a situação do país devedor o justificar.

No caso de Cabo Verde, financiaram-se 39 projectos, correspondentes a iniciativas de desenvolvimento agrícola, transportes, assuntos sociais e equipamentos, principalmente.

Operações do Grupo do Banco em Cabo Verde De 1977 a 31 de Março de 2010		
Sector	Nº de Projectos	Montante aprovado (em milhões de UC)
Agricultura	10	22,98
Equipamentos colectivos	6	19,34
Transportes	7	31,48
Indústria	1	0,98
Social	7	27,9
Electricidade	1	4,82
Multisectorial	7	56,78
TOTAL	39	164,28

Fonte: BAD e Cabo Verde “Construindo juntos, uma África melhor”

De seguida, faculta-se a informação dos projectos financiados em Cabo Verde pelo BAD nos últimos anos, segundo as diferentes matérias:

5. Infra-estruturas viárias.

- Projecto: melhorias no transporte insular, além daquele entre ilhas, aumentando as infra-estruturas para o transporte. Enquadrado nas melhorias de acesso ao porto de Mindelo.

- A ampliação do aeroporto de Praia. Ano: 2010. Orçamento: 13.300.000 UC

6. A agricultura, o desenvolvimento rural e a educação

-Projecto: Projet aménagement BV Picos et Engenhos (agricultura). Período: 18/09/2002-31/12/2010. Orçamento: 5,96 milhões de UC.

-Projecto: Appui institutionnel secteur éducation (PAISE) (educación). Período: 29/09/2004-31/12/2009. Orçamento: 1 milhão de UC

7. Energia: (Colaboração na construção de parques eólicos)

-Projecto. Consolidação e melhoria da central eléctrica de Santiago. Período: 19/12/2007-31/12/2011. Orçamento: 4,82 milhões de UC.

-Projecto de interconexão, distribuição e transporte da electricidade entre as seis ilhas. Período: 27/09/2011. Orçamento: 60.000.000 UC. O objectivo do projecto é contribuir para melhorar a competitividade da economia e a qualidade de vida. O projecto aponta para a melhoria da fiabilidade, eficiência e qualidade dos serviços de electricidade em seis ilhas: Santo Antão, São Vicente, Sal, Maio, Santiago e Fogo. Está previsto levar a cabo a ampliação das linhas de construção de MT / BT (secção e nível de tensão), a reabilitação das redes e estações, a electrificação das comunidades rurais e a instalação de equipamento de controlo, detecção de falhas e gestão de redes de distribuição (SCADA).

8. Sociedade: Financiamento para a luta contra a pobreza.

-Projecto: Programa de Apoio Orçamental Adicional à pobreza, Estratégia para a Redução de Apoio ao Programa (PRSSP) II. Orçamento: 40 milhões euros (UA 36.4 milhões), em duas partes iguais de 20 milhões de euros cada (UA 18,2 milhões), que se desembolsará em 2009 e 2010, sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no acordo do empréstimo. O objectivo da ajuda orçamental é contribuir para a redução da pobreza. O seu fim específico é estimular o crescimento no contexto da crise económica internacional, ao mesmo tempo que permite ao Governo manter o impulso na execução do seu programa de reformas económicas e institucionais.

▪ Fundo africano de desenvolvimento (FAfD)

O Fundo Africano de Desenvolvimento é uma entidade criada em 1973, com o objectivo de outorgar empréstimos vantajosos aos países africanos de menor renda, no seio do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento. O seu objectivo final é reduzir a pobreza, através da concessão de empréstimos e doações. Cabo Verde tem acesso a esses recursos do FAfD, mas não tem acesso a recursos ordinários do BAfD.

São beneficiários deste Fundo os estados membros, que compreendem 24 estados não africanos e os membros do Banco Africano de Desenvolvimento, entre os quais está Cabo Verde. Os seus recursos são, principalmente, contribuições e novos aprovisionamentos periódicos dos estados membros. O fundo financia projectos sem nenhum interesse, com um encargo anual de 0,75 por cento, uma taxa de compromisso de 0,5 por cento e um período de pagamento de 50 anos, incluindo um período de carência de 10 anos.

▪ Africa Finance Corporation (AFC)

Fundada em 2007, a Corporação Financeira Africana (CFA) é uma entidade impulsionada pelo sector privado e instituições financeiras de desenvolvimento, criada para ajudar a mobilizar e a canalizar o capital necessário para impulsionar o desenvolvimento económico de África. A AFC tem um conselho de 21 membros, com uma maioria do sector privado. Em linha com as melhores práticas globais e o governo corporativo, vinte por cento são independentes e os outros seis postos em juntas directivas disponíveis reservam-se para os accionistas de outros países africanos.

Possui diversas linhas de actuação que estão vinculadas, principalmente, às infra-estruturas, como energia, águas, transportes, comunicações, entre outros.

No caso de Cabo Verde, financiou-se o seguinte projecto energético:

-Projecto para a instalação de moinhos de vento em Santiago. Orçamento: US\$ 90 milhões, 26 MW. Financiado por: AFC, Finnfud, Infracor África, Electra e o Governo de Cabo Verde.

▪ Banco Europeu de Investimentos (BEI).

O Banco Europeu de Investimentos (BEI) é a instituição da União Europeia. O seu papel é proporcionar Financiamento a longo prazo, apoiando projectos de investimento. Fora da UE, o BEI está activo em mais de 150 países (países do Sudeste de Europa, países sócios mediterrâneos, África, Caribe e Pacífico, Ásia e América Latina, Ásia Central, Rússia e outros vizinhos de Oriente), trabalhando para implementar o pilar financeiro da UE, a cooperação externa e as políticas de desenvolvimento (desenvolvimento do sector privado, desenvolvimento de infra-estruturas, segurança de abastecimento energético e sustentabilidade ambiental).

Entre as suas linhas de actuação, encontram-se as infra-estruturas e sistemas gerais, os portos e aeroportos, as actuações ambientais e os projectos de desenvolvimento económico.

De seguida, mencionam-se os projectos realizados em Cabo Verde que contaram com o Financiamento do BEI nos últimos exercícios:

-Projecto: O Banco Europeu de Investimentos e o Banco Africano de Desenvolvimento fechou o acordo de financiamento de 45m. EUR para desenhar, construir e operar Parques Eólicos em terra em quatro ilhas do arquipélago de Cabo Verde. O projecto proporcionará mais de 28 MW de capacidade geradora de electricidade. O projecto está a ser desenvolvido por InfraCo, numa associação público-privada entre o Governo de Cabo Verde e o poder local de serviços públicos Electra. O Banco Europeu de Investimentos contribuirá com 30 milhões de euros e o Banco Africano de Desenvolvimento com 15 milhões de euros.

-Projecto: contribuição de 1.800.000 euros para a empresa Electra.

-Projecto: 3.500.000 euros para Mindelo, centrado no sector da indústria.

- Modernização e ampliação dos portos de Palmeira e de Praia. O projecto dará um impulso ao sector de transportes e contribuirá para criar uma ambiência favorável, através não só da melhoria das instalações essenciais para Cabo Verde como das importações, necessárias para fazer frente ao aumento da procura interna e do turismo. Orçamento: 103 milhões de euros. Ano: 2008.

-Projecto: Construção de processamento de anchova industrial e planta de empacotamento em Mindelo (Ilha de São Vicente). Orçamento: 2000000 euros. Ano: 1994.

-Projecto: Melhoria de Porto Grande (Mindelo), com a contribuição de 5.000.000 euros.

-Projecto: Relatório do impacto meio ambiental pela implantação de parques eólicos em São Vicente, Sal e Boavista.

-Projecto: Relatório do impacto meio ambiental de Boavista, para a construção do seu aeroporto.

-Projecto: Centro de tráfego aéreo de Sal. O Banco Europeu de Investimentos (BEI) concedeu um empréstimo de 20 milhões de euros no ano 2002 para a construção de um centro de controlo de tráfego aéreo na ilha do Sal, no contexto de um programa mais amplo destinado à modernização da infra-estrutura de transporte aéreo do arquipélago de Cabo Verde.

▪ **Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA)**

BADEA é uma instituição financeira que pertence a dezoito países membros da Liga de Estados Árabes (LEA), que assinaram o seu Convénio Constitutivo a 18 de Fevereiro de 1974. O Banco é uma instituição internacional independente, com personalidade jurídica própria e plena autonomia em assuntos administrativos e financeiros. Rege-se pelas disposições do seu Convénio Constitutivo e pelos princípios do direito internacional. A sede do Banco encontra-se em Cartum, capital da República do Sudão.

Nos últimos anos, o BADEA concedeu empréstimos a projectos de investimento em Cabo Verde, tais como:

- Desenvolvimento Rural para a Erradicação da Pobreza nas ilhas de Santiago e Fogo, no ano 2010, por um valor de 2.000.000\$ (80% do custo total). Depende, principalmente, da execução de pequenos projectos que constam das seguintes componentes: infra-estruturas relativas ao subministro de água potável, electricidade e equipamento da rede de esgotos, pequenos projectos de produção agrícola e pecuária, transformação de produtos agrícolas e de pecuária, pesca artesanal e industrial, artesanato, actividades comerciais.

- Provisão de um experto árabe no campo do desenvolvimento rural para o Ministério de Recursos do Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Marinho, no ano de 2010, pelo valor de 250.000\$.

Na actualidade, encontra-se em execução o 6º Plano Quinquenal para o período 2010-2014, no qual se atribui prioridade às seguintes actuações:

- Infra-estruturas (40%-50% dos fundos), as quais se consideram cruciais para facilitar o investimento e o comércio e ampliar o acesso às zonas rurais.
- Desenvolvimento rural e segurança alimentar (25% -30% dos fundos.)
- Recursos humanos e sector social (15% -20%) e sector privado (10% -15%)

Deste modo, o Plano tem como objectivo apoiar o crescimento do viário e a melhoria do abastecimento de água e saneamento. O desenvolvimento do sector energético também é visto como crucial para as actividades económicas e o bem-estar social, especialmente para os pobres.

Os empréstimos de BADEA limitam-se aos países de baixo rendimento da África Subsaariana. Exceptuando este caso, não existem critérios de pré-selecção, se bem que se aplicam os seguintes critérios para a atribuição dos empréstimos:

- O montante máximo para um só projecto é de 20 milhões de dólares. Com isto, espera-se financiar até aproximadamente 60% do custo total do projecto, no caso de que o custo total seja superior a 20 milhões de dólares, e até 90%, caso o custo seja igual ou inferior a 15 milhões de dólares.
- O Plano também permite mais de um empréstimo a um só país num ano, sempre que o país não receba mais de 20 milhões de dólares nesse mesmo ano. (6º Plano Quinquenal 2010-2014)

BADEA também outorga doações, as quais se destinam, somente, a assistência técnica e estudos de exequibilidade; portanto, a sua participação na carteira total de BADEA é muito pequena.

▪ Cooperação Canária. Governo de Canárias

Através do programa de Cooperação Canária, o Governo de Canárias mantém uma linha de financiamento e cooperação ao desenvolvimento com os países africanos. O objectivo central desta cooperação organizada pelas Canárias é a luta contra a pobreza, no seu sentido mais amplo. Dentro deste marco, a acção Canária propende para se concentrar naqueles países e sectores para os quais o Arquipélago Canário apresenta uma mais-valia frente a outros actores de cooperação, motivada pela sua posição geográfica e pelo conhecimento e experiência acumulados em sectores de especial relevância para o bem-estar e progresso dos países em vias de desenvolvimento.

Como país vizinho, Cabo Verde é um dos principais sócios de cooperação de Canárias desde 1999, ano em que ambas as partes assinaram um Acordo Marco de Cooperação, em virtude do qual se desenvolveram sucessivos Programas Indicativos de Cooperação (PIC). O programa actual possui quatro prioridades transversais, que devem integrar-se em cada uma das actuações: a luta contra a pobreza e as suas causas; a igualdade entre homens e mulheres; a sustentabilidade meio ambiental; o fortalecimento das estruturas democráticas da sociedade civil e o apoio às instituições, especialmente as mais próximas à cidadania.

Para a selecção e gestão dos projectos, estabelecem-se as seguintes linhas de intervenção:

- a) Os serviços sociais básicos, em especial a saúde, a educação, a habitação, o acesso à água potável e o saneamento, assim como a segurança alimentar.

- b) A dotação e melhoria das infra-estruturas económicas, o estabelecimento e desenvolvimento de projectos de economia social, assim como o fortalecimento do tecido produtivo que impulse a economia, a educação e a criação de emprego.
- c) O respeito e a protecção dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades e a participação na cidadania, dando especial importância à defesa dos grupos populacionais mais vulneráveis, tais como os menores – com especial atenção para a erradicação da pobreza infantil em todas as suas manifestações -, a população idosa e/ou deficiente, as pessoas refugiadas e/ou deslocadas, os retornados, as populações indígenas e as minorias.
- d) O fortalecimento da democracia, por um lado reforçando a capacidade de gestão das administrações públicas dos países receptores, especialmente as de carácter regional e local, para fomentar a articulação da sociedade civil, e por outro promovendo a participação dos cidadãos e as suas organizações nas estruturas estatais.
- e) A protecção, conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente, respeitando a biodiversidade e a conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Subvenção do Governo de Canárias: 60.000 €, ano 2008.
- f) A promoção da cultura, com especial incidência na defesa dos aspectos que definem a identidade cultural dos povos, dirigida ao desenvolvimento endógeno.
- g) A capacitação e formação profissional, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico destinado a aumentar as capacidades locais.
- h) O co-desenvolvimento, para potenciar a vinculação positiva entre a imigração e o desenvolvimento, através das competências, capacidades e redes de relações dos cidadãos imigrantes estabelecidos no nosso país, como factor chave para o desenvolvimento dos seus países de origem.

De seguida, incluem-se os projectos de cooperação financiados pelo Governo de Canárias nos últimos anos em Cabo Verde:

-Projecto: Energias renováveis. Ano 2008. Orçamento: 140.000 euros. O objectivo deste projecto é assessorar tecnicamente na planificação dos sectores de energia e água, com especial realce da implantação de energias renováveis. Incluem-se actuações como: fazer um diagnóstico e propor medidas concretas para um desenvolvimento sustentável dos sectores de energia e água e criação de projectos-piloto nestas áreas para a sua futura execução; fortalecer vínculos entre instituições comerciais e empresariais de Cabo Verde e Canárias; planificar a introdução das energias renováveis no país; planificar a realização de projectos singulares no sector da água (dessalinização com energias renováveis em ambientes isolados, para o abastecimento de água potável e a depuração descentralizada); redução dos consumos energéticos económicos no sector industrial público do abastecimento de água.

-Projecto: Centro para a transferência da tecnologia de Canárias a Cabo Verde. Ano 2009-2010, como um orçamento de 150.000 euros. O objectivo do projecto é criar um centro de formação de técnicos para os capacitar, de modo que possam desenvolver instalações no sector das energias renováveis e de tratamento de águas e na gestão de resíduos. A utilização deste centro permitirá um intercâmbio de conhecimentos e de tecnologia, e fomentará a participação da população local e a integração das mulheres no mundo laboral.

-Projecto: Capacitação de adultos. Orçamento: 109.000 euros e ano 2008. Realização de acções dirigidas a melhorar a integração laboral dos jovens de Cabo Verde, através da realização de cursos de Formação Profissional no Centro Cesaltina Ramos, em Praia. O projecto procura capacitar alunos/as nas especialidades práticas de electricidade ou soldadura, com a finalidade de promover a sua inserção laboral.

-Projecto: Electrificação da aldeia de Vale da Custa (Ilha de Santiago) mediante uma micro-rede solar híbrida (energia renovável). Orçamento: 497.500 euros, ano 2008. As actuações incluídas no projecto são: o subministro eléctrico de 101 casas; a sensibilização e formação no uso responsável da energia e a formação técnica básica local em matéria de instalação e manutenção.

-Projecto: Apoio à instalação da planta de dessalinização na ilha de Maio. Subvenção do Governo de Canárias: 29.635 €, ano 2007.

-Projecto: Colaboração Canárias - República de Cabo Verde em matéria de educação e formação. Subvenção do Governo de Canárias: 128.825,66 €, ano 2007.

-Projecto: Concepção e desenvolvimento de um sistema nacional de formação à distância de pessoas adultas, de carácter público. Subvenção do Governo de Canárias: 60.000 €, ano 2007.

-Projecto: Projecto em Tarrafal. Melhoria das condições de vida dos habitantes de Fazenda. Subvenção do Governo de Canárias: 111.289,99 €, ano 2008.

-Projecto: Desenvolvimento local sustentável, pesca artesanal e luta contra a pobreza (Salamansa, ilha São Vicente). Subvenção do Governo de Canárias: 136.750 €, ano 2008.

-Projecto: Apoio à planificação dos sectores da energia e da água para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde (PECAVE). Subvenção do Governo de Canárias: 140.000 €, ano 2008.

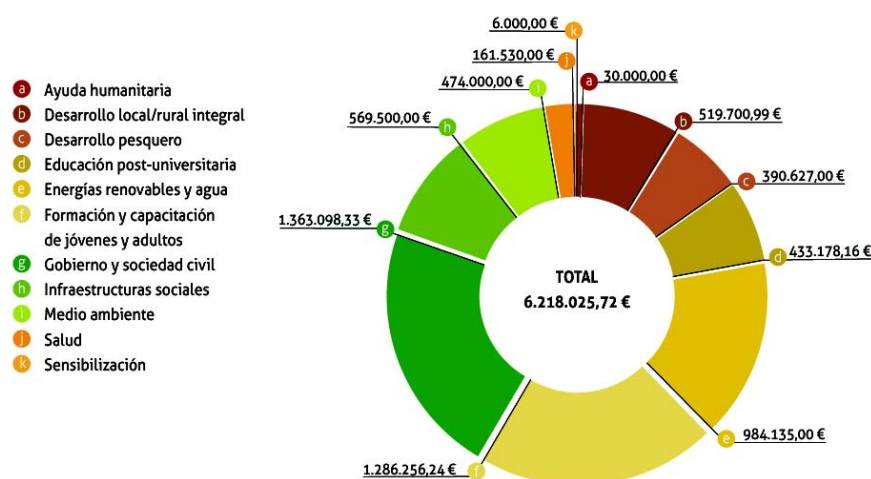
-Projecto: Apoio à melhoria e reabilitação das casas no casco antigo da vila de Maio. Subvenção do Governo de Canárias: 149.500 €, ano 2008.

-Projecto: Ampliação e renovação das Escolas de Ensino Básico Integrado de Boavista e sensibilização formativa ambiental do professorado (DEMOSTENES). Subvenção do Governo de Canárias: 120000 €, ano 2008.

-Projecto: Apoio à melhoria e reabilitação de casas e valorização do património cultural da ilha de Maio. Subvenção do Governo de Canárias: 149520 €, ano 2007

-Projecto: Reduzindo distâncias: acesso ao trabalho e a apropriação da mulher em Cabo Verde. Subvenção do Governo de Canárias: 140300 €, ano 2007.

-Projecto: Cooperação para o desenvolvimento empresarial e para o incremento do intercâmbio económico e comercial da região. Subvenção do Governo de Canárias: 50000 €, ano 2007.



-Projecto: Formador de formadores: Aula ateliê para a manutenção de instalações industriais, hoteleiras, hospitalares e de produção energética. Subvenção do Governo de Canárias: 146.000 €, ano 2007.

-Projecto: Pesca Santiago: Programa de desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza nas comunidades pesqueiras da ilha de Santiago. Subvenção do Governo de Canárias: 188.025€, ano 2008.

-Projecto: Estudo a nível da descentralização e fortalecimento institucional na República de Cabo Verde, para promover a modernização e o desenvolvimento municipal, o fortalecimento de um bom governo e a coesão social.

-Projecto: Estudo e conservação das tartarugas marinhas. Subvenção do Governo de Canárias: 60.000 €, ano 2007

-Projecto: Avaliar o programa de vigilância vulcânica em Cabo Verde e a actividade do vulcão do Fogo. Subvenção do Governo de Canárias: 9000 €, ano 2007.

-Projecto: Programa para a limpeza integral e sensibilização ambiental na ilha de Boavista. Subvenção do Governo de Canárias: 130.000 €, ano 2007.

-Projecto: Apoio ao programa de ampliação do habitat de nidificação da tartaruga comum ou boba (*Caretta caretta*) na ilha de Boavista. Subvenção do Governo de Canárias: 80.000€, ano 2008.

Fonte: *Evolução Canária em Cabo Verde 2007-2010 Canárias-África uma cooperação Canária para o desenvolvimento*

▪ **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)**

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) é a instituição portuguesa encarregada de coordenar a ajuda pública de Portugal ao desenvolvimento internacional. Geograficamente, Portugal dedica a maior parte da sua ajuda oficial ao desenvolvimento dos seguintes países/regiões:

- Os países africanos de língua oficial portuguesa, entre os quais se encontra Cabo Verde e Timor Oriental, incluídas as áreas regionais nas quais estes se inserem.
- A cooperação Sul-Sul, especialmente entre o Brasil e os países de expressão portuguesa de África e Timor Oriental, valorando o espaço CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Especificamente, o IPAD conta com um programa de Cooperação Portugal/Cabo Verde, dotado de um orçamento de 70 milhões de euros em 2008-2011. Esta quantidade distribui-se em quatro prioridades, a saber:

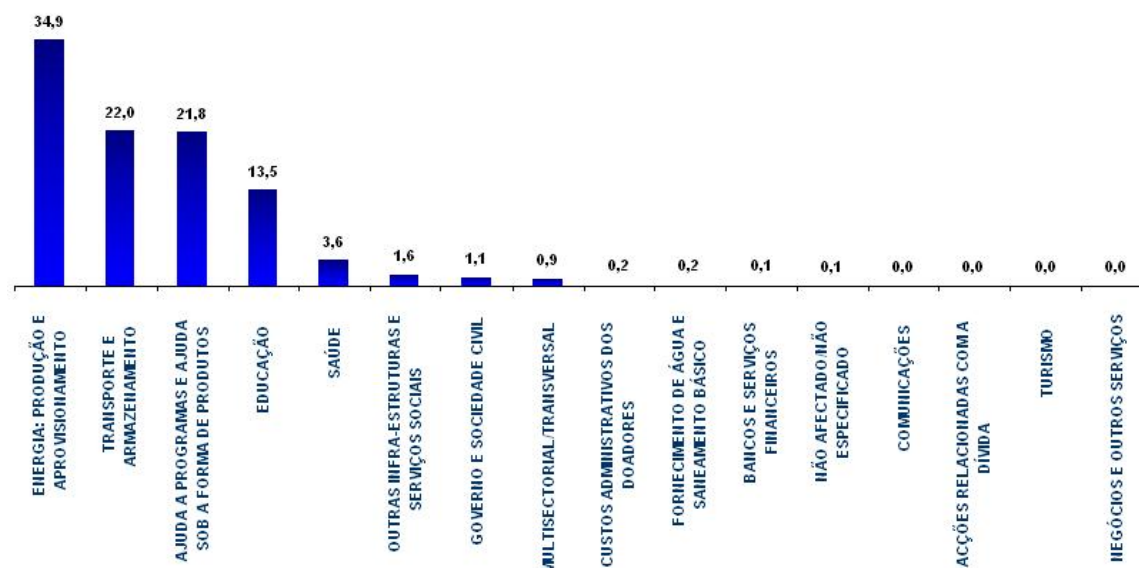
- i) Bom governo, participação e democracia, correspondente a 21,4%,
- ii) Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, 58,6%;
- iii) Cluster de Cooperação, 10%,
- iv) Apoio directo ao orçamento, 10%.

Nos últimos anos, o IPAD financiou alguns projectos em Cabo Verde, como os seguintes:

- Projectos de desenvolvimento de recursos humanos e capacitação técnica:
 - Programa de apoio à educação secundária e à criação de competências, em particular através do apoio à NOSI,
 - Projecto Casa do Cidadão
- Criação de uma infra-estrutura básica, uso da terra e recuperação de activos: Fizeram-se esforços importantes para apoiar a construção de infra-estruturas viárias. Portugal concedeu empréstimos directos e linhas favoráveis que permitiram a construção de diversas infra-estruturas.
 - Empréstimo de 40 milhões €, com um grau de concessão de 50%, para a construção da circunvalação de Praia e para a reabilitação da estrada Praia - S. Domingo.
 - Os aeroportos de Boavista e São Vicente foram construídos com empréstimos do Banco Português.
- Apoio à estabilidade política:

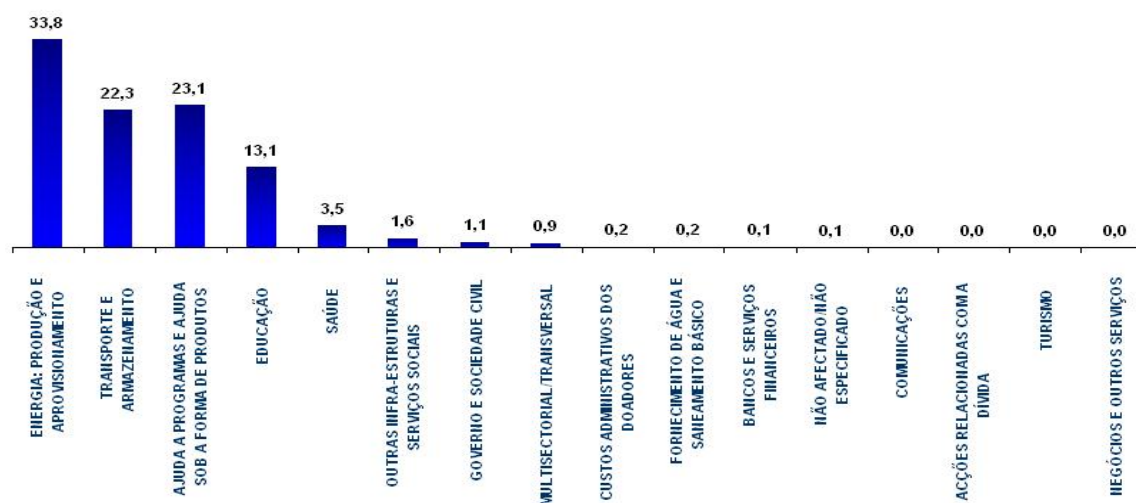
- Continuação do “Acordo de Cooperação Cambial” que proporciona uma linha de crédito de apoio   conversão do escudo de Cabo Verde, ferramenta essencial em termos de gestão macroecon mica

PESO DE CADA SECTOR NO TOTAL DA APD LÍQUIDA 2010(%) - CABO VERDE



Fonte: IPAD/DPP

PESO DE CADA SECTOR NO TOTAL DA APD BRUTA 2010 (%) - CABO VERDE



Fonte: IPAD/DPP

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL LÍQUIDA - CABO VERDE

SECTORES	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	Média 2007-2010
100 I - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	25.110.326	78,7	23.980.913	55	24.077.352	63	21.388.246	20	23.639.209
110 EDUCAÇÃO	19.315.262	60,5	18.288.386	42,2	18.534.497	48,3	14.457.472	13,5	17.648.904
120 SAÚDE	1.567.035	4,9	1.875.771	4,3	2.307.896	6,0	3.884.497	3,6	2.408.800
130 POPULAÇÃO/SAÚDE REPRODUTIVA									
140 FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	22.673	0,1	10.000	0,0	24.695	0,1	182.455	0,2	59.956
150 GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	1.768.606	5,5	1.773.722	4,1	1.624.775	4,2	1.166.530	1,1	1.583.408
160 OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	2.436.750	7,6	2.033.034	4,7	1.585.489	4,1	1.697.292	1,6	1.938.141
200 II - INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS	8.921.626	27,9	19.957.590	46,1	15.016.346	39,1	61.216.127	57,0	26.277.922
210 TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	8.233.470	25,8	19.822.599	45,8	14.360.562	37,4	23.619.226	22,0	16.508.964
220 COMUNICAÇÕES	607.437	1,9	39.951	0,1	538.842	1,4	51.682	0,0	309.478
230 ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO							37.428.636	34,9	37.428.636
240 BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	80.719	0,3	95.040	0,2	116.244	0,3	111.583	0,1	100.897
250 NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS					698	0,0	5.000	0,0	2.849
300 III - SECTORES DE PRODUÇÃO	205.633	0,6	140.750	0,3	32.328	0,1	9.461	0,0	97.043
310 AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCAS	89.759	0,3	35.518	0,1	0	0,0	0	0,0	31.319
311 AGRICULTURA	89.759	0,3	35.518	0,1					62.639
312 SILVICULTURA									
313 PISCAS									
320 INDÚSTRIA, MINAS E CONSTRUÇÃO	0	0,0	27.726	0,1	0	0,0	0	0,0	6.932
321 INDÚSTRIA									
322 INDÚSTRIAS EXTRATIVAS (MINAS)			26.325	0,1					26.325
323 CONSTRUÇÃO			1.401	0,0					1.401
330 COMÉRCIO E TURISMO	115.874	0,4	77.506	0,2	32.328	0,1	9.461	0,0	58.792
331 COMÉRCIO	21.619	0,1			5.164	0,0			13.392
332 TURISMO	94.255	0,3	77.506	0,2	27.164	0,1	9.461	0,0	52.097
400 IV - MULTISECTORIAL TRANSVERSAL	906.278	2,8	818.145	1,9	467.878	1,2	979.265	0,9	792.892
TOTAL SECTORIAL	35.143.863		44.897.398		39.593.904		83.593.099		50.807.066
500 V - AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	-2.239.204	-7,0	-739.204	-1,7	-739.204	-1,9	23.365.198	21,8	4.911.897
600 VI - ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	-1.359.563	-4,3	-1.314.922	-3,0	-1.104.091	-2,9	38.578	0,0	-935.000
700 VII - AJUDA HUMANITÁRIA					74.172	0,2			74.172
910 VIII - CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	127.023	0,4	228.890	0,5	324.636	0,8	218.274	0,2	224.706
920 IX - APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	202.944	0,6	174.238	0,4	36.276	0,1			137.819
998 X - NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	46.214	0,1	39.881	0,1	206.084	0,5	90.000	0,1	95.545
TOTAL NÃO SECTORIAL	-3.222.586		-1.611.117		-1.202.127		23.712.050		4.509.139
TOTAL BILATERAL	31.921.277	100	43.286.281	100	38.391.777	100	107.305.149	100	55.316.205

Fonte: IPAD/PPP

▪ **Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)**

A Agência Espanhola de cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), é uma entidade de Direito Público adscrita ao Governo de Espanha. É o órgão de gestão da política espanhola de cooperação internacional para o desenvolvimento, e o seu objectivo é o fomento, a gestão e a execução das políticas públicas de cooperação internacional para o desenvolvimento, dirigidas à luta contra a pobreza e à consecução de um desenvolvimento humano sustentável nos países em desenvolvimento.

Na actualidade, o Plano Director da Cooperação Espanhola para o período 2009-2012 estipula as prioridades geográficas da AECID, nas quais se estabelecem três categorias de associação para os diferentes países. Cabo Verde situa-se no Grupo A, correspondente àqueles países menos avançados, países de baixos rendimentos ou de renda média/baixa com os quais se estabelece uma associação ampla, onde existem oportunidades para estabelecer uma associação a largo prazo que permita a canalização de elevados volumes de ajuda ao desenvolvimento e o uso de um amplo espectro de instrumentos. A associação com os países do grupo A concentra a maior parte dos recursos da ajuda (2/3 do total da ajuda especificada geograficamente). O Plano Director referido, 2009-2010, estabelece as seguintes prioridades, horizontais e transversais:

- Inclusão social e luta contra a pobreza
- Promoção dos Direitos Humanos e governabilidade democrática
- Género em Desenvolvimento
- Sustentabilidade Meio ambiental
- Respeito pela Diversidade Cultural

Os principais sectores de intervenção da cooperação espanhola são os seguintes:

- Governabilidade Política
- Desenvolvimento Rural e Luta contra a Fome
- Educação
- Saúde
- Água e Saneamento: Existe um **Fundo de Cooperação para Água e Saneamento** dirigido para financiar actuações tendentes a tornar efectivo o direito humano à água e contribuir para a Meta 10 dos Objectivos do Milénio. Em geral, as acções do Fundo estão direccionadas para: o estabelecimento de sistemas sustentáveis de subministro de água potável e saneamento básico; o fortalecimento institucional, com base numa gestão pública e participativa; o apoio de mesas nacionais de água que tenham em conta a gestão integral do recurso hídrico; o aumento de capacidades a nível comunitário; entre outros aspectos. Poderão ser beneficiários do Fundo as instituições governamentais nacionais, sub-nacionais e locais, assim como qualquer tipo de instituição dedicada à prestação de serviços públicos de água e saneamento.
- Crescimento Económico para a redução da pobreza. Destinada a projectos de aumento da base produtiva, política de apoio a sectores produtivos de maior efeito multiplicador sobre o emprego e, comparativamente, com uma maior vantagem.
 - a. Sustentabilidade ambiental, luta contra a mudança climática e Habitat: Conservação e gestão sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas vulneráveis – Produção sustentável de recursos básicos: potenciação do ecoturismo, da pesca artesanal e do desenvolvimento agro-pecuário sustentável para a população local; elevação do acesso à electricidade pela integração das energias renováveis.
 - b. Ciência, Tecnologia e Inovação
 - c. Cultura e Desenvolvimento: Cooperação cultural para o desenvolvimento, políticas culturais ao serviço dos objectivos de desenvolvimento.
 - d. Género em Desenvolvimento: Fortalecimento das políticas e mecanismos nacionais de igualdade de género. Apoio a medidas integrais para a prevenção e tratamento da violência de género. Melhoria das oportunidades para a mulher no âmbito económico. Apoio à formação profissional das mulheres, promoção do auto-emprego através do acesso a créditos e melhoria de acesso ao mercado laboral feminino.
 - e. Migração e Desenvolvimento
 - f. Construção da Paz

Em anos anteriores, a AECID levou a cabo projectos de cooperação em Cabo Verde e outros países africanos, como os seguintes:

- Fortalecimento do Estado de Direito: Plano de Acção contra a droga da União Africana 2001-2006. Plano de acção contra a droga da CEDEAO.
- Desenvolvimento da Administração ao serviço da cidadania e boa gestão dos assuntos públicos: Participação de Cabo Verde no Fórum Africano de Governabilidade (UNDP – Comissão Económica para África).

- Projecto/Programa Ribeira Grande: Melhoria, reabilitação urbana e ampliação dos serviços básicos: subministro de água, luz, saneamento e rede de esgotos pública e doméstica.
- (Ilhas de Boavista e São Vicente): Projecto DGCAAEO, ONDG SGCMYH.
- DGCAAEO Projecto/Programa Município Ribeira Grande.
- Fortalecimento institucional em matéria de gestão do meio ambiente: apoio à política sectorial com relação ao meio ambiente, através da utilização de novos instrumentos (apoio orçamental), apoio à gestão meio ambiental a nível local (Municipalidade de Ribeira Grande de Santiago) DGCAAEO (apoio orçamental MAAP).
- Fomento da recuperação e difusão da memória histórica e fomento do turismo cultural como factor de desenvolvimento e diversificação económica (Ribeira Grande de Santiago). DGCAAEO (Programa/Projecto). DGCC (Projecto, Publicações)
- Dotação de infra-estruturas: Aumento dos meios de comunicação, comércio e transporte; melhoria de qualidade dos portos e melhoria das comunicações aéreas (Mindelo, Praia e Ilha de Sal)
- Apoio à inserção Internacional: Fortalecimento dos vínculos comerciais e empresariais de Cabo Verde com os países da Macaronésia.

▪ **Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) :**

A Agência Austríaca para o Desenvolvimento (ADA) é a entidade responsável pela implementação dos programas e projectos bilaterais e nos países de interesse para a Cooperação para o Desenvolvimento Austríaca, assim como da sua administração financeira.

O continente africano está no centro da política austríaca de desenvolvimento. Para isso, conta com um Plano de Acção Conjunta para o período 2008-2010, no enquadramento dos esforços para cumprir com os Objectivos do Milénio da ONU. Tem três grupos temáticos:

- Energia e meio ambiente
- Subministro assegurado de água e saneamento
- A paz e a segurança

Nos últimos exercícios, a ADA financiou os seguintes projectos em Cabo Verde:

Projectos:

- Digitalização da administração local rural, Santiago. (Ano 2005-2009) , 538.000€.
- Programa de desenvolvimento integrado para as zonas de captação de água, Santiago. (Ano 2005-2010), 1.371.000€.
- Desenvolvimento organizativo das comunidades rurais. (Ano 2007-2010), 1.057.000€.
- Apoio à Direcção de Ordenamento Territorial – DGOT (Ano 2010), 400.000€.

- **Ministère des affaires Étrangères Grand-Duché de Luxembourg.**

O Luxemburgo mantém uma presença significativa nos projectos de cooperação para o desenvolvimento, com os países africanos em geral e com Cabo Verde em particular, através do Ministério de Assuntos Exteriores. Na actualidade, o III Plano Internacional de Cooperação (PIC) tem uma atribuição indicativa de 60 milhões de euros e abarca o período 2011-2015.

- Educação, formação profissional e inserção socioprofissional: inclui a formação profissional, as actividades de micro-finanças, a criação de apoio aos ingressos das PYME/PYMI e o desenvolvimento do mercado laboral, particularmente em sectores de crescimento da economia, como é o caso do turismo.
- Água e saneamento: através das energias renováveis e junto com o uso de técnicas alternativas (dessalinização de água do mar).
- Apoio à saúde e à alimentação escolar: através de um financiamento ao instituto de Cabo Verde para a Escola de Acção Social (ICASE) e a implementação da Escola Nacional de Saúde e da Escola Nacional de Programa de Alimentação.
- A ajuda alimentar e os fundos de contrapartida
- Infra-estruturas viárias

Ao longo dos últimos anos, financiaram-se os seguintes projectos em Cabo Verde:

- Projecto: Serviços e instituições de apoio a negócios. Orçamento: 1.488.000 €. Prazo de execução: 2002-2010, em Marché de Tarrafal.
- Projecto: Escola de hotelaria (formação profissional). Orçamento: 5.485.000 €. Prazo de execução: 2006-2010.
- Projecto: Educação técnica. Orçamento: 3.460.000 €. Prazo de execução: 2003-2009.
- Projecto: Abastecimento de água e saneamento. Orçamento: 1.623.000 € e prazo de execução: 2007-2010. Localização: EAU São Domingo (fase II).
- Projecto: Políticas de saúde e gestão administrativa. Orçamento: 10.948.000 €, em Santiago Norte. Prazo de execução: 2004-2010.
- Projecto: Programas de segurança e ajuda alimentar (convénio sobre ajuda humanitária). Orçamento: 6.000.000 €. Prazo de execução: 2006-2010.
- Projecto: Orçamento: 9.005.000 €. Prazo de execução: 1997-2009, em Route Janela – Porto Novo.

Além disso, conta com um fundo de assistência técnica para desenvolver as relações económicas entre Cabo Verde e Luxemburgo. Nesta linha, um estudo de fundos e assistência técnica será contemplado no PIC 2011-2015, destinado a apoiar as autoridades de Cabo Verde na mobilização de fundos adicionais de vários fundos internacionais, e para apoiar iniciativas de desenvolvimento económico.

LES PROJETS DE LA COOPÉRATION BILATÉRALE EN COURS AU CAP VERT

Nom du projet	Durée	Budget (€) Global	Agence	Secteur
Lux-Development et autres partenaires				
CVE/035 : Route Janela – Porto Novo	1997-2009	9.005.000	LD	Transport routier
CVE/049 : Marché de Tarrafal	2002-2010	1.488.000	LD	Services et institutions de soutien commerciaux
CVE/056 : Région Sanitaire Santiago Nord	2004-2010	10.948.000	LD	Politique de la santé et gestion administrative
CVE/059 : Ecole Hôtelière	2006-2010	5.485.000	LD	Formation professionnelle
CVE/064 : Enseignement technique	2003-2009	3.460.000	LD	Formation professionnelle
CVE/067 : Convention aide alimentaire	2006-2010	6.000.000	LD	Programmes de sécurité et d'aide alimentaire
CVE/069 : Eau Sao Domingos (phase II)	2007-2010	1.623.000	LD	Approvisionnement en eau et assainissement – systèmes à grande échelle
CVE/070 : Eau à Fogo & Brava	2007-2010	5.000.000	LD	Approvisionnement en eau et assainissement – systèmes à grande échelle
CVE/071 : Formation professionnelle	2007-2010	12.540.000	LD	Formation professionnelle
CVE/075 : Santé scolaire (Phase II)	2008-2011	4.000.000	LD	Éducation sanitaire
CVE/076 : Lycée de Ponta Verde	2008-2011	4.500.000	LD	Équipements scolaires et formation
Fonds d'études	2006-2010	450.000	BI-MAE	Divers
Fonds de micro-projets 2009	2009	30.000	BI-MAE	Divers
Migrer les Yeux Ouverts (Phase II)	2006-2008	109.050	BI-MAE	Participation démocratique et société civile
Aide d'urgence sur l'île de São Nicolau	2009	7.808	BI-MAE	Aide à la reconstruction et réhabilitation
Agences ONU/spécialisées				
Programme conjoint des Nations Unies au Cap Vert (PNUD, UNICEF, UNFPA, PAM)	2007-2010	2.703.488	PNUD	Secteur non spécifié
Aide d'urgence suite à l'épidémie de Dengue	2009	37.140	OMS	Assistance matérielle et services d'urgence

▪ Banco Japonês para a Cooperação Internacional

O Banco Japonês de Cooperação Internacional tem como objectivo, entre outros, contribuir para o desenvolvimento económico e social ou para a estabilidade económica de zonas em desenvolvimento no estrangeiro. Para esta entidade, um tema prioritário é a assistência a África, de acordo com os três pilares da Quarta Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD IV), no enquadramento dos Objectivos do Milénio. Assim, centra os seus esforços nos seguintes aspectos estratégicos:

- impulsionar o crescimento económico
- garantir a segurança humana
- abordar o meio ambiente e as mudanças climáticas

Para a consecução do objectivo citado, mantém duas linhas de ajuda:

- A ajuda bilateral, que se apresenta em três formas: cooperação técnica, ajuda através de empréstimos e de doações para ajuda, o que inclui, por exemplo, o envio de voluntários. No ano de 2009, destinou 5.998,4 milhões de dólares para este tipo de ajudas.
- A ajuda multilateral consiste no Financiamento e nas contribuições financeiras às organizações internacionais, âmbito para o qual concedeu, em 2009, 3.481,6 milhões de dólares.

De forma mais específica, as linhas de Financiamento correspondem às seguintes matérias:

- o Relativamente aos projectos de Cooperação Técnica:
 - Obras e serviços públicos (16,1% em 2009)
 - Planificação e administração (12,0%),
 - Agricultura, silvicultura e pesca (11,7%)
 - Outros sectores (33,7%).
- o Com relação aos empréstimos a projectos:
 - O sector do transporte (39,3%), incluindo o desenvolvimento de estradas e portos
 - Os serviços sociais, com um 22,0%
 - A energia eléctrica e o gás em 20,4%, que passou de 11,9%
- o Sobre os valores das subvenções a projectos de cooperação:
 - A agricultura, silvicultura e pesca (32,9% do total em 2009).
 - A energia eléctrica (15,0%)
 - Projectos de serviços sociais
 - Desenvolvimento dos recursos hídricos
 - Educação, saúde, atenção médica
 - Desenvolvimento de infra-estrutura social e do meio ambiente